

TELMA CRISTINA SILVA TEIXEIRA

**O MERCADO DE TRABALHO DAS REGIÕES METROPOLITANAS:
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO UTILIZANDO DADOS PNAD
1981 – 1988**

SALVADOR – 1993

M
33112

T.268

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

TELMA CRISTINA SILVA TEIXEIRA

**O MERCADO DE TRABALHO DAS REGIÕES METROPOLITANAS:
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO UTILIZANDO DADOS PNAD
1981 – 1988**

Dissertação apresentada no curso de
Elaboração de Monografia II da Faculdade
de Ciências Econômicas (FCE/UFBa) como
requisito final para colação de grau.

Orientador: Antonio Henrique Pinheiro Silveira

SALVADOR – 1993

AGRADECIMENTOS

O título desta seção sugere que aqui serão listados todos os nomes das pessoas/instituições que de uma forma ou de outra contribuíram para este trabalho. Isto acaba por gerar alguns problemas, visto que simples palavras não revelam todo o apreço que tenho por determinadas pessoas e o quanto eu lhes agradeço; entretanto, como este espaço deve ser preenchido, tentarei ser o mais justa possível, ressaltando que apesar de todo o auxílio recebido, as falhas destes trabalho são de minha inteira responsabilidade.

Três pessoas foram absolutamente imprescindíveis para a realização deste trabalho; Antonio Henrique (Toni), José Sérgio Gabrielli (Gabi) e Maria Emilia (Emilinha). A vocês, cuja sabedoria me serviu como ponto de apoio nas horas de dúvida, agradeço os "puxões de orelha" que incentivaram a minha permanência na atividade de pesquisa; ao perfeccionismo exacerbado de Zé Sérgio, por vezes enlouquecedor, que me tornou mais exigente comigo mesma a ponto de ter absoluta certeza de que este trabalho está aquém da minha capacidade; aos meus sempre **amigos**, Emilinha e Toni, cujas "injeções de ânimo" foram **absolutamente indispensáveis** a este trabalho; não tenho palavras suficientemente expressivas para agradecer-lhes.

Não poderia esquecer de Ofenísia e Joana, bibliotecárias do IBGE e Faculdade de Economia, respectivamente, que suportaram com

incrível amabilidade todas as minhas "chateações". Ao CNPq que possibilitou a germinação da semente que gerou esta monografia sob a forma de projeto de pesquisa de iniciação científica.

Meus colegas de faculdade e amigos Armando (Dino), Eneida (Neguinha), Harrison (Negão), Maria de Fátima (Lelé), Fátima (Fafá), e todos os demais que durante este trabalho presenciaram as minhas aflições.

Às pessoas mais importantes da minha vida: minha mãe, Lúcia, e minha avó, Georgina, a quem devo tudo que tenho e que sou. À Jorge, Luiz, Norma, Paulo, e porque não Gilmar, meus "titios", pilstras de sustentação na minha educação. Minhas tias-avós, Nina e Laura (em memória), sem comentários sobre o quanto vocês foram importantes. Meus irmãos, Allan e Adriana, e primos, Wagner, Anna Paula, Juliana, Adson, Gilson, André, Anderson e Junior, os "pirralhos" a quem heroicamente sobrevivi todos esses anos. A meu padrasto Batista, que me possibilitou estar não apenas viva, mas também saudável o suficiente para terminar este trabalho, iniciar e concluir vários outros. E finalmente, a meu avô e pai, Manoel Teixeira, em memória; qualquer palavra aqui colocada estaria a léguas de distância do significado que eu gostaria de lhe dar.

Muitíssimo obrigada a todos vocês.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 01

METODOLOGIA 03

1. Objeto e Objetivo03
2. Base de Dados04
3. Método11

BRASIL: ESTRUTURA POPULACIONAL NA DÉCADA DE 8014

1. Características Gerais15
2. Participação e Desemprego16
3. Rendimento e Horas Trabalhadas.....36

AS REGIÕES METROPOLITANAS46

1. Aspectos Gerais47
2. Participação e Desemprego48
3. Rendimento62

CONSIDERAÇÕES FINAIS73

BIBLIOGRAFIA76

ANEXO82

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre o mercado de trabalho no Brasil tem sido objeto de grande interesse por economistas e sociólogos, dentre outros, desde a 2^a metade da década de 70, ganhando um destaque ainda maior nos anos 80. A motivação para tal interesse partia da constatação de que a estrutura social brasileira encontrava-se bastante frágil para suportar os abalos econômicos em processo. A década de 80 refletiu de maneira bastante explícita esses acontecimentos; políticas de estabilização mal articuladas parecem agravar a situação.

Neste trabalho pretende-se avaliar a trajetória do mercado de trabalho das Regiões Metropolitanas brasileiras através de um estudo exploratório dos seus principais aspectos; entretanto, esta investigação não estaria completa sem a abordagem dos mesmos aspectos no contexto nacional que por vezes explicam as diversidades encontradas. A importância deste trabalho reside em confrontar diferentes regiões metropolitanas durante um período bastante significativo na economia nacional, observando divergências e semelhanças nas suas trajetórias individuais como grandes centros urbanos.

Deve-se esclarecer desde já que não pretende-se aqui sugerir políticas econômicas paliativas para os diversos problemas apresentados pelas regiões metropolitanas; as especificidades de cada uma tornaria tal pretensão quase impossível e exigiria um extraordinário conhecimento das mesmas. A necessidade de

tal conhecimento já apresenta-se como um forte obstáculo para o estudo exploratório que aqui se desenvolve.

Feitas essas considerações introdutórias, segue-se este trabalho com a apresentação da metodologia utilizada para o estudo, apresentando o periódico utilizado como base de dados, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para o período 1981-1988, do qual foram extraídas informações sobre População Residente, População em Idade Ativa e População Economicamente Ativa, segundo gênero, faixa etária, número de horas trabalhadas, ramo de atividade da ocupação, posição na ocupação e classe de rendimento mensal no trabalho principal. Essas informações foram utilizadas para obtenção de vários índices de estudo do mercado de trabalho, tais como Taxa de Participação e Taxa de Desemprego Aberto, conforme descrito no primeiro capítulo. Na sequência, tem-se a avaliação feita sobre o mercado de trabalho brasileiro, a partir dos dados já mencionados e considerando-se as transformações ocorridas na conjuntura econômico-social do período. A este segue-se o estudo realizado sobre as regiões metropolitanas no âmbito do mercado de trabalho. Para finalizar, conclui-se a investigação com os principais aspectos observados no decorrer do estudo. No anexo que segue este trabalho, encontram-se várias tabelas utilizadas indiretamente como referência para algumas análises sobre o mercado de trabalho brasileiro, sendo que as mesmas não foram explicitamente mencionadas no decorrer do texto.

METODOLOGIA

1. Objeto e Objetivo

Esta pesquisa pretende analisar alguns indicadores do mercado de trabalho do Brasil e das Regiões Metropolitanas (RM's) de Belém do Pará, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, no período de 1981 a 1988. Categorias demográficas e sociais serão adotadas visando a caracterização sócio-econômica da área delimitada para estudo.

Objetiva-se com isto, analisar a dinâmica do mercado de trabalho das RM's, inseridas na conjuntura político-econômica nacional do período, sob vários cortes metodológicos que serão apresentados no decorrer do estudo. De uma maneira mais explícita, poder-se-ia dizer que os objetivos almejados são:

1. Investigar o comportamento do mercado de trabalho no Brasil no período de 1981-88, buscando relacionar os indicadores de emprego e rendimento com variáveis macroeconômicas;
2. Identificar diferenças deste comportamento entre as regiões metropolitanas escolhidas de forma a representar diferentes graus de integração do mercado de trabalho;

3. Correlacionar a dinâmica apresentada nas regiões metropolitanas com a do Brasil, identificando semelhanças e diferenças;
4. Estabelecer as modificações na estrutura do mercado de trabalho das regiões metropolitanas ao longo da década.

2. Base de Dados

A principal base de dados para as investigações será a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A PNAD surgiu na década de 60 a partir do empenho da United States Agency of International Development (USAID) e do Inter-American Statistical Institute (IASI). O objetivo destas instituições era a implantação de um sistema contínuo de investigação domiciliar nos países latino-americanos, que suprisse o continente de estatísticas nacionais comparáveis. Assim sendo, tais pesquisas deveriam ser complementares aos censos decenais, não havendo entretanto, a mesma exigência quanto ao detalhamento geográfico¹.

A pesquisa realizou-se efetivamente a partir de 1967 (com

¹Ver IBGE (1981).

periodicidade trimestral), todavia, apenas a partir de 1975 desenvolveu-se o que hoje constitui o "Corpo Básico" do questionário que sofreu várias alterações até o término da década². Por ocasião do censo de 1980, a PNAD foi interrompida, dando prosseguimento à investigação em 1981. Durante os anos 80, o corpo básico do questionário, assim como a conceituação das categorias, manteve-se inalterado, assegurando uma maior uniformidade dos dados e permitindo uma melhor precisão analítica para as pesquisas que utilizassem as informações da PNAD como fonte de referência.

A metodologia de investigação da PNAD nos anos 80, baseou-se no levantamento de uma amostra probabilística de domicílios³ obtida seletivamente em municípios, setores censitários e unidades domiciliares. As duas primeiras unidades -- respectivamente denominadas primárias e secundárias -- sofreram, de uma forma não-simultânea, um processo de seleção e estratificação baseado na proporcionalidade apresentada com relação à população residente obtida no Censo Demográfico de 1980. A escolha das unidades domiciliares, ocorrida num terceiro estágio do processo, utilizou como critério seletivo

²Anteriormente a esta data, as questões aplicadas pela amostra enfocavam -- sem uniformidade temática -- diversos aspectos básicos para a caracterização da população que não possibilitavam a construção de uma série histórica a partir da qual fossem geradas políticas de desenvolvimento. Exceção deve ser feita às questões mais gerais que possibilitavam a análise.

³Ver IBGE (1981).

o cadastramento das unidades domiciliares, realizados e atualizados anualmente pelo IBGE, com a finalidade de se manter uma equiprobabilidade entre: domicílios particulares, unidades de habitação em domicílios coletivos -- já presentes nos cadastros pré-1980 --, conjuntos residenciais, edifícios e favelas com 30 ou mais unidades domiciliares. O processo de expansão da amostra considerou "(...) o crescimento populacional ocorrido entre os censos demográficos de 1970 e 1980 sob hipóteses de crescimento associadas a taxas de fecundidade, mortalidade e migração."⁴

Admitindo-se esse critério de seleção e projeção amostral utilizado pela PNAD, verificou-se as categorias demográficas e econômicas relevantes para o desenvolvimento do tema desta pesquisa, o mercado de trabalho. Com base nesse enfoque temático, fêz-se uso das informações referentes a:

- a) **População em Idade Ativa (PIA)** => categoria econômica que engloba todos os indivíduos com 10 anos ou mais da amostra, indicando o número de indivíduos que constituem o contingente da força de trabalho potencial do espaço estudado. Essa categoria pode ser objeto de profundas discussões relativas ao seu dimensionamento, visto que não existe uma uniformidade internacional, ou mesmo nacional⁵, quanto a sua delimitação. Entretanto,

⁴IBGE (1988), pag. 34.

⁵Com relação a este aspecto, pode-se tomar como exemplo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), cuja PIA abrange apenas os

essa delimitação depende das condições sócio-econômicas da sociedade no que tange ao acesso a educação, distribuição de renda e eficácia dos serviços de seguridade social, pois é através destes índices que se estabelecerão os limites da PIA, para que esta se apresente coerente com a realidade social do espaço estudado. Tendo estabelecido os limites desta categoria, a sua dinâmica dependerá de variáveis demográficas que fogem ao tema principal desta pesquisa (fecundidade, natalidade, mortalidade, etc).

- b) **População Economicamente Ativa (PEA)** => é uma categoria econômica originária da PIA -- conceitualmente equivalente à **Força de Trabalho** --, que engloba apenas os indivíduos ocupados ou dispostos a trabalhar durante o período de referência da pesquisa, tendo estes últimos tomados providências efetivas quando da procura de trabalho. Todos os demais indivíduos são considerados como Não Economicamente Ativos. Essa categoria econômica é objeto de várias críticas metodológicas que, por vezes, questionam a sua validade estatística⁶. As mesmas baseiam-se na visível subestimação da PEA,

indivíduos com mais de 15 anos de idade.

⁶A exemplo disso ver AZEVEDO, Beatriz Regina Lago (1983); CACCIAMALI, Ma. Cristina (1990); MEDINA, Ronaldo Lázaro (1988), entre outros.

visto que esta categoria exclui os indivíduos inativos no período de referência por motivo de desalento ou indisponibilidade temporária. A constatação dessa "falha" metodológica torna a análise do mercado de trabalho "vulnerável" em alguns aspectos (estudo da taxa de participação por exemplo), contudo, não constitui um motivo suficientemente válido para o abandono do estudo do tema, devendo ser encarado como um "incentivo" ao aperfeiçoamento metodológico.

- c) **População Ocupada (POC)** => é mais uma das categorias econômicas que servem de recurso para o estudo do mercado de trabalho. Estão inseridos nesta apenas aqueles que, dentre os economicamente ativos, estejam exercendo alguma atividade -- remunerada ou não -- no período de referência da amostra. Assim sendo, a POC inclui também os indivíduos sem vínculos formais de emprego.
- d) **População Desempregada (PDES)** => esta categoria é calculada pela diferença entre a PEA e a POC (definido como desemprego aberto). Conforme supra-citado, o conceito da PEA subestima o total dos indivíduos economicamente ativos, sendo alvo de várias críticas. Dado que o cálculo do número de desempregados baseia-se na PEA, outras questões de caráter crítico são levantadas, tais como: Como traçar os limites entre a classificação de inatividade e desemprego ? Em que categoria se insere o indivíduo temporariamente desempregado por

motivo de dispensa ? E o desalentado, como classificar⁷? Por outro lado, tomando-se como desemprego a diferença entre a PIA e a POC (desemprego total), incorre-se no erro de enquadrar num mesmo grupo estudantes, inválidos, indivíduos temporariamente dispensados ou não-momentaneamente dispostos a inserir-se no mercado de trabalho⁸. Assim sendo, reconhecem-se as deficiências metodológicas que dificultam a caracterização efetiva da realidade sócio-econômica, sem entretanto, invalidar as análises que aqui serão apresentadas.

Para a análise da dinâmica das categorias acima expostas, serão utilizados indicadores de comportamento específicos para o estudo do mercado de trabalho, identificando sempre que possível como essas categorias se distribuem de acordo com o gênero, a faixa etária, o ramo de atividade, o rendimento e as horas trabalhadas. Os índices a serem calculados podem ser assim descritos:

- a) **Taxa de Participação (TP)** => identifica a representatividade de uma determinada parcela de indivíduos em um grupo mais abrangente. A TP é

⁷Essas dificuldades já haviam sido citadas em SZMRECSÁNYI e SOUZA (1986) e AZEVEDO, Beatriz (1983), dentre outros.

⁸Para maiores informações acerca do desemprego aberto, ver CACCIAMALI, M^a. Cristina (1984).

geralmente abordada sob o ponto de vista do percentual da PEA com relação à PIA; dessa forma, verifica-se a disponibilidade e a efetiva inserção de mão de obra no mercado de trabalho. Essa relação será aqui tratada como "Taxa de Participação da População Economicamente Ativa" (TPPEA), à qual será associada à "Taxa de Participação da População Ocupada" (TPPOC)⁹ $[(POC/PIA)*100]$, para uma melhor caracterização da ocupação, identificando a proporção de indivíduos efetivamente absorvido pelo mercado de trabalho (TPPOC) e a proporção potencialmente absorvível (TPPEA). A Justificativa para esta abordagem, encontra-se no fato de ser a PIA uma variável demográfica sobre a qual desequilíbrios econômicos de curto prazo não tem influência imediata; logo, pressupõem-se uma relativa estabilidade da mesma no período estudado; assim sendo, a PIA será tomada como um "parâmetro" relativo para a PEA e a POC, através do qual se analisará a dinâmica do desemprego no período e seus principais condicionantes. A relação proposta entre a POC e a PEA informará sobre o índice de desemprego efetivo da população.

- b) **Taxa de Desemprego (TDES)** => será aqui enfocada sob o ponto de vista do desemprego aberto $[(PDES/PEA)*100]$; através do mesmo obtêm-se o percentual de subutilização da PEA, ou seja, indica

⁹Ver SABÓIA, João (1985).

o percentual de trabalhadores não absorvido pelo mercado de trabalho mas que encontra-se apto a inserir-se. Essa mesma taxa será, durante a análise, correlacionada à TPPOC e TPPEA, de forma a suprir, ao menos parcialmente, as lacunas deixadas pelas falhas metodológicas das categorias base: PIA, PEA e POC.

- c) **Carga de Dependência (CD)** => adotando o conceito exposto por Szmerecsányi e Souza (1980), encontra-se o que aqui será definido como Carga de Dependência Potencial (CDP), originado do quociente entre a População Total da amostra (PT) e a PIA. Entretanto, dado que apenas uma parcela da PIA desempenha atividades produtivas, ou seja, estão efetivamente ocupadas, adota-se aqui como Carga de Dependência Real (CDR), o índice originado da relação $(PT/POC)*100$, que informará sobre o grau de dependência da sociedade e o "peso" suportado pelos indivíduos que efetivamente trabalham.

3. Método

A metodologia a ser empregada quando da análise dos índices, baseia-se no estudo das RM's individualmente visto que não há um índice mais geral que as identifique¹⁰. No caso do Brasil,

¹⁰Poder-se-ia afirmar que o PIB do Estado serve como mediador mas tal colocação classificaria a RM como "centro produtor" do

far-se-á uma subperiodização que facilite a análise da dinâmica do mercado de trabalho identificando as principais modificações ocorridas e associadas na conjuntura político-econômica nacional. Com base nesta, subdivide-se para o Brasil a década de 80 nos seguintes períodos:

1981 e 1983¹¹=> caracterizado por um processo recessivo da economia.

1984 a 1985 => período em que se verifica a retomada do crescimento econômico nacional após a crise.

1986 => caracterizado como um ano atípico na economia nacional em decorrência do "Plano Cruzado".

1987 a 1988 => período de indefinição das tendências motivada pela desorganização política e econômica no pós-Plano Cruzado".

Para as regiões metropolitanas serão investigados alguns anos isolados que se destacam durante a década na economia nacional. Estes são: 1981, 1983, 1984, 1986 e 1988. A escolha

Estado a despeito das demais cidades.

¹¹Nesse período deve-se esclarecer que os dados divulgados para o ano de 1982 diferem sensivelmente dos demais por razões metodológicas, pois neste ano, a amostra distribuiu-se em doze semanas de referência das quais obteve-se a média. Esse procedimento resultou em um conjunto de indicadores não compatíveis com os demais da década. Daí a exclusão do ano de 1982 das tabelas a serem apresentadas. Ver IBGE (1990).

destes anos efetuou-se através de uma análise do comportamento de algumas variáveis econômicas e demográficas para as RM's no período; após a construção de vários indicadores, observou-se que os anos de 1985 e 1987 refletiam, nada mais, nada menos, que a continuidade das tendências dos anos precedentes, cuja análise seria cansativa e repetitiva. A exclusão do ano de 1982 toma como parâmetro a discrepância metodológica já explicitada.

BRASIL: ESTRUTURA POPULACIONAL NA DÉCADA DE 80

Nesta seção objetiva-se realizar o estudo da população¹² do território nacional na década de 80, identificando a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro inserida no contexto sócio-econômico nacional. Dessa forma, torna-se possível interligar aspectos das regiões metropolitanas e seus respectivos mercados de trabalho com o território nacional, observando semelhanças e divergências ao longo da década.

Inicialmente serão apresentadas as características gerais da população brasileira com relação ao gênero e a idade, analisando-se demograficamente os indivíduos em idade ativa e os economicamente ativos. Em etapa posterior, a análise será feita por subtemas, segundo a periodização anteriormente proposta.

Deve-se desde já esclarecer que maior ênfase será dada ao enfoque da estrutura de participação da população ao nível de ocupação, desemprego e taxas de participação. Tal fato não deve ser interpretado como subestimação da relevância da análise da estrutura da rentabilidade e das horas trabalhadas dos indivíduos, mas devido ao fato destas não fornecerem dados mais variados, optou-se por "não aventurar em terras desconhecidas sem um guia competente".

¹²A noção de "Estudos da População" difere significativamente da simples "Análise Demográfica", visto que esta não correlaciona variáveis demográficas com outras de cunho político-econômico-social.

1. Características Gerais

Demograficamente, constata-se que, durante os anos 80, a estrutura etária da População em Idade Ativa brasileira transformou-se, acentuando a significância nas faixas etárias mais elevadas, que por sua vez traduz-se em "envelhecimento" da população. Tal afirmação decorre do decréscimo em 2,9 pontos percentuais da representatividade dos indivíduos em idade ativa na faixa de 10 a 19 anos de idade no período 81-88, associado ao aumento relativo das faixas etárias superiores (20 a 39 anos e 40 anos ou mais).

A justificativa para esse processo deve levar em conta as taxas de natalidade e mortalidade de 1971 a 1978 -- período que possibilita que um indivíduo obtenha a idade mínima para que seja classificado como em idade ativa entre 1981 e 1988 (10 anos). Visto que a demografia desse período não é objeto de estudo deste trabalho, não serão aqui apresentados argumentos mais aprofundados.

Na análise por gênero, constata-se um processo de reestruturação da PIA, visto que, no geral, eleva-se a representatividade feminina nesta categoria durante a década de 80, de maneira gradativa e persistente. A estrutura etária da população intergêneros permanece contrastante: as mulheres apresentam-se em proporções superiores nas faixas etárias mais elevadas ao longo da década, induzindo à hipótese de aumento da taxa de mortalidade masculina à medida que a idade

avança¹³.

A transformação da PIA no que diz respeito ao "envelhecimento", favorece a elevação da PEA na faixa de 20 e 39 anos (particularmente entre as mulheres)¹⁴. Entre os gêneros, a reestruturação da categoria PEA também é constatada através do aumento proporcional da força de trabalho feminina, que será mais discutido posteriormente.

As considerações acima servem de suporte à análise de índices econômicos de alta relevância para este trabalho, conforme se segue.

2. Participação e Desemprego

1981 - 1983

Observando-se a trajetória da TPPEA e TPPOC (Tabelas 1a e 2a, respectivamente) no período e associando-as com o panorama econômico nacional -- claramente recessivo conforme razões

¹³Pode ser considerada ainda a hipótese de aumento da taxa de emigração masculina com idade mais avançada; entretanto, esta variável apresenta-se como não relevante quando se refere ao território nacional.

¹⁴Esta caracteriza-se como a faixa etária mais importante para o conjunto da força de trabalho por englobar os indivíduos com maior grau de produtividade. **Exclue-se aqui a produção intelectual e artística.** O maior nível de qualificação nesta faixa leva em conta o tempo mínimo necessário para que um indivíduo obtenha o nível de instrução técnica ou 2º grau completo.

anteriormente expostas¹⁵ -- conclui-se que um dos fatores impulsionadores do aumento das taxas foi a recessão per si, já que a mesma "coagiu" os indivíduos (principalmente as mulheres: 26,6% -> 29,3%) a inserirem-se no mercado de trabalho como forma de "sobreviver" à crise, mantendo o padrão de consumo; esposas e mais velhos procuram adquirir algum tipo de rendimento para sustentação do padrão de vida, visto que, muitas vezes, o chefe da família fica desempregado¹⁶; essa afirmação basea-se no aumento da participação dos indivíduos nas faixas etárias superiores conforme tabela 1a. Deve-se ressaltar que esta renovação do mercado não neutraliza o efeito do membro adicional da família que eleva a PEA, pois o chefe ao perder o seu "emprego formal"¹⁷ permanece no mercado de trabalho via subemprego¹⁸, ocasionando um aparente aumento da ocupação que não considera as condições sociais em que se realiza.

¹⁵Choque do Petróleo em 1979, dentre outros fatores, sendo que a análise pode ainda considerar a "Crise de 83" como reflexo do relativo desequilíbrio econômico nacional que já vinha ocorrendo desde 1973 (1º Choque do Petróleo), a maxidesvalorização da moeda em 1981 e o relativo desequilíbrio das finanças internacionais -- maior detalhamento sobre o quadro econômico brasileiro nesse período, correlacionado à economia internacional pode ser encontrado em CAVALCANTI, Carlos Brandão (1985).

¹⁶Ver SABÓIA, João (1985).

¹⁷Considera-se nesse caso a definição de CACCIAMALI, M^a Cristina (1983).

¹⁸Ibidem.

TABELA 1a
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA
DISTRIBUIDA POR GÊNERO E IDADE
BRASIL - 1981 E 1983

	TOTAL		HOMENS		MULHERES	
	1981	1983	1981	1983	1981	1983
TOTAL*	53.4	54.8	74.6	74.8	32.9	35.6
10-19 Anos	36.5	36.4	47.8	47.2	25.1	25.6
20-39 Anos	68.8	71.0	95.4	95.7	43.6	47.7
40 ou Mais	51.0	51.8	76.5	75.6	26.6	29.3

FONTE: PNAD/IBGE - 1981 e 1983.

* Exclui os indivíduos sem declaração.

O desemprego do chefe da família dá lugar, principalmente, a ampliação da mão de obra feminina, visto que o crescimento da taxa de participação destas é superior à dos homens -- especialmente na faixa etária de 20 a 39 anos -- resultando no encadeamento do processo de heterogeneização da mão de obra, onde identifica-se menores custos salariais da mão de obra feminina -- conforme será observado no próximo subitem -- e melhor qualificação da mesma, pois na tradicional sociedade brasileira os homens em geral são educados para logo cedo ingressarem no mercado de trabalho, ao contrário das mulheres que são levadas a "estudar, casar e ter filhos", legando aos seus maridos as obrigações financeiras. A década de 80, em decorrência do "movimento de emancipação feminina" e da crise, acaba por alterar esse padrão de comportamento culturalmente estabelecido, ocasionando, como verificado, maior participação das mulheres no mercado de trabalho especialmente na faixa etária mais significativa produtiva e qualitativamente (20 a 39

anos)¹⁹.

TABELA 2a
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA
COM RELAÇÃO A POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA
DISTRIBUIDA POR GÊNERO E IDADE
BRASIL - 1981 E 1983

	TOTAL		HOMENS		MULHERES	
	1981	1983	1981	1983	1981	1983
TOTAL*	51.1	52.2	71.5	71.1	31.4	33.9
10-19 Anos	33.7	33.6	44.1	43.5	43.3	23.3
20-39 Anos	65.8	67.2	91.3	90.5	90.5	41.6
40 ou Mais	50.2	50.8	75.3	74.1	74.1	26.3

FONTE: PNAD/IBGE - 1981 e 1983.

* Exclui os indivíduos sem declaração.

Dando continuidade a essa abordagem, tomam-se os índices apresentados na tabela 2a que relaciona o número de ocupados com a população em idade ativa²⁰; a partir dos mesmos identifica-se que a variação apresentada por esse índice informa sobre o nível de ocupação dos indivíduos sob um aspecto mais abrangente pois a taxa de desemprego aberto restringe-se àqueles que efetivamente procuraram trabalho na ocasião da pesquisa. Com a taxa de ocupados relacionados à PIA obtêm-se dados sobre absorção de mão de obra. Feitas essas considerações, observa-se que apesar de ter havido variação positiva no nível de ocupação (tabela 2a) o aumento do

¹⁹Maiores informações sobre a dinâmica do mercado de trabalho feminino, ver BRUSCHINI, Cristina (1990).

²⁰Conforme anteriormente citado, a classificação desta como variável demográfica possibilita que consideremos a mesma como estável durante a década de 80.

desemprego não pôde ser evitado. Esses dois índices são bastante diferenciados entre os gêneros; o citado processo de heterogeneização pode agora ser parcialmente classificado como substituição, visto que o aumento da ocupação é resultante da absorção de mão de obra feminina apesar de elevação da TDES para ambos os gêneros.

TABELA 3a
TAXA DE DESEMPREGO ABERTO
DISTRIBUIDA POR GÊNERO E IDADE
BRASIL - 1981 E 1983

	TOTAL		HOMENS		MULHERES	
	1981	1983	1981	1983	1981	1983
TOTAL*	4.3	4.9	4.2	4.9	4.4	4.8
10-19 Anos	7.5	7.7	7.6	7.8	7.2	7.6
20-39 Anos	4.4	5.4	4.3	5.4	4.5	5.3
40 ou Mais	1.6	1.9	1.7	2.1	1.3	1.4

FONTE: PNAD/IBGE 1981 e 1983.

* Exclui os indivíduos sem declaração.

Em 1983, -- "fundo do poço" da crise brasileira -- associando-se a elevação do nível de desemprego do gênero masculino (tabela 3a) com o decréscimo da ocupação (tabela 2a), tem-se que houve expulsão de indivíduos do mercado de trabalho, contradizendo a afirmação feita por Sabóia (1985)²¹:

"O ajuste no nível de emprego durante a recessão deu-se, basicamente, através de uma queda nas novas admissões. Entre 1980 e 1981 (...) os desligamentos permaneceram praticamente inalterados. Em 1982, as

²¹Op. Cit. Pag. 35.

admissões voltaram a elevar-se, enquanto que os desligamentos apresentaram uma pequena queda. (...). Verifica-se, portanto, que diferentemente do senso comum, não foi a elevação dos desligamentos, mas a queda nas admissões que ajustou o nível de emprego no período."

Esse fenômeno de expulsão da mão de obra é também citado por CHAHAD, Paulo (1986), quando afirma que :

"(...) o contingente natural de desempregados e subempregados foi agora engrossado pela população já incorporada ao mercado de trabalho e que está dele sendo expulsa pela crise."²²

Esse processo de desligamento da mão de obra pode ser também identificado entre as faixas etárias sendo característico dos "jovens" para os quais registrou-se além da elevação do desemprego, uma queda na ocupação. Deve-se acrescentar que a crise não incentivou a participação dos jovens evitando assim que o número de trabalhadores semi-qualificados aumentasse, pois, uma vez que o jovem estivesse inserido no mercado de trabalho, as possibilidades para que, ao fim da crise, o mesmo regressasse aos estudos seriam quase nulas, considerando a precariedade do sistema educacional brasileiro. Disso resultaria ao final de alguns anos, um considerável contingente de trabalhadores parcialmente qualificados

²²CHAHAD, Paulo (1986), pag. 35.

exercendo atividades rotineiras e a mercê do desenvolvimento tecnológico.

Uma visão macroeconômica do mercado de trabalho brasileiro nesse período pode ser obtida através da observação do comportamento da carga de dependência do período. Todavia, as conclusões apresentar-se-iam incompletas por não considerarem outros aspectos. Mais explicitamente pode-se dizer que, tomando-se como objeto de estudo a variação apresentada pela CDR entre 81 e 83 --2.63 e 2.58, respectivamente -- e a estabilidade da população residente no período, os indicadores apontam crescimento da ocupação apesar da crise. Esse é um fenômeno real, não conflitante com as observações anteriores; entretanto, o mesmo deve ser ponderado em alguns aspectos pois a simples afirmação de crescimento da mão de obra ocupada e e conseqüente redução da carga de dependência, não esclarece em que condições deu-se esse fenômeno a nível de bem estar social. Por outro lado, deve-se acrescentar que o aumento da ocupação nesse período é setorialmente precário; os setores de maior importância na atividade econômica (indústria e agricultura) não participam desse movimento (tabela 4a).

TABELA 4a
POPULAÇÃO OCUPADA DISTRIBUIDA POR RAMOS DE ATIVIDADE
BRASIL - 1981 E 1983

RAMOS	1981	1983	RAMOS	1981	1983
TOTAL	100	100	Prest.Serv.	15.3	16.3
Agrícola	29.3	27.1	Serv.Aux.	2.6	2.5
Ind.Transf.	15.0	14.0	Transp.Com.	3.9	3.7
Ind.Constr.	8.1	9.5	Social	7.2	7.4
Out. Ind.	1.7	1.8	Adm.Públi.	4.0	4.1
Comércio	10.3	10.5	Outras	2.7	3.0

FONTE: PNAD/IBGE 1981 e 1983.

* Exclui os indivíduos sem declaração.

Finalizando-se essa análise pode-se afirmar que os índices de participação para o período de 81-83, numa abordagem não especificada, e dados que a taxa de ocupação elevou-se em patamares superiores a taxa de desemprego, apresentaram um comportamento satisfatório, considerando-se a crise do período. Entretanto, a reestruturação dos ocupados por setor de atividade indica maior ocupação em setores com menores barreiras à entrada (comércio e serviços) além de identificar o fenômeno temporal das "frentes de trabalho" no Nordeste que absorveu um grande contingente de desocupados classificados como trabalhadores da Construção Civil. Não obstante, a heterogeneização da PEA, a nível de gênero, foi bastante evidenciada. Essas variações revelam-se nas tabelas anteriormente expostas.

1984 - 1985

Ao final de 1983 e início de 1984, começa a surtir efeito o programa de ajustamento divulgado na 1ª carta de Intenções do FMI com o Brasil. Esse programa visava, a curto prazo, reduzir

os desequilíbrios internos e externos da economia brasileira e tinha como instrumento básico, o aumento da poupança interna, com vias a substituição da poupança externa e melhoria na eficiência alocativa da economia. Essa alteração na estrutura produtiva favoreceu principalmente os setores de exportação; particularmente metalúrgica, mecânica e papelão.

A variação positiva da TPPEA, bem como da TPPOC sendo esta superior, em módulo àquela²³, resulta da retomada do crescimento econômico nacional com aumento dos índices de produtividade industrial além do reaproveitamento da capacidade ociosa. O ano de 1985 pode ser considerado o "ponto de auge da confiança" dos empresários, quando eleva-se consideravelmente o número de ocupados. A taxa de ocupação cresce 1,7% entre 84 e 85. É interessante salientar que apesar desta ser uma fase de recuperação, os índices de inserção dos "jovens" no mercado de trabalho revelam a maior taxa de crescimento do período quando comparados aos indivíduos das faixas etárias superiores²⁴. Sob essa mesma égide, verifica-se

²³Disto resulta queda no nível de desemprego.

²⁴O fato de se destacar tal ocorrência decorre de uma suposta lógica econômica a partir da qual espera-se que, em períodos de retomada do crescimento econômico, ocorra redução do número de indivíduos precariamente inseridos, pois os mesmos retomariam à inatividade sob a forma de reingresso no sistema educacional (para os "jovens") ou aproveitamento dos serviços de seguridade social - aposentadoria (para os "velhos"). Entretanto, essa afirmação tem como pré-requisito a elevação do nível de renda (resolvendo o conflito distributivo) da faixa da PEA mais significativa como consequência do crescimento econômico, mantendo-se o "padrão de vida" sem a

queda da TDES -- em média -- na mesma proporção entre as faixas etárias²⁵.

TABELA 1b
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA
DISTRIBUIDA POR GÊNERO E IDADE
BRASIL - 1984 E 1985

	TOTAL		HOMENS		MULHERES	
	1984	1985	1984	1985	1984	1985
TOTAL*	54.8	56.1	74.6	76.0	35.6	36.9
10-19 Anos	36.2	37.9	46.6	49.1	25.6	26.7
20-39 Anos	71.2	72.1	95.6	95.8	47.9	49.5
40 ou Mais	51.1	51.8	74.9	75.8	28.8	29.4

FONTE: PNAD/IBGE - 1984 e 1985.

* Exclui os indivíduos sem declaração.

necessidade de abandono do aproveitamento dos benefícios sociais por parte dos inativos.

²⁵Essa ocorrência podem ser também observadas a partir do estudo da TPPOC (tabela 2b). Pode-se supor que o reaproveitamento da capacidade ociosa, não foi acompanhado por qualificação da mão de obra que se traduziria em ocupação dos indivíduos em faixas etárias mais avançadas; persistiu o empreguismo dos não devidamente qualificados (considera-se aqui uma estrutura social apta a fornecer educação à sociedade que melhor qualificaria a força de trabalho das faixas etárias superiores, reconhecendo-se entretanto que a existência de indivíduos semi-qualificados na PEA seria, ainda assim verificada, porém em níveis menores).

TABELA 2b
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA
COM RELAÇÃO A POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA
DISTRIBUIDA POR GÊNERO E IDADE
BRASIL - 1984 E 1985

	TOTAL		HOMENS		MULHERES	
	1984	1985	1984	1985	1984	1985
TOTAL*	52.5	54.2	71.6	73.6	34.0	35.5
10-19 Anos	33.6	35.7	43.3	46.3	23.8	25.0
20-39 Anos	67.8	69.5	91.3	92.6	45.4	47.4
40 ou Mais	50.3	51.2	73.7	74.9	28.5	29.2

FONTE: PNAD/IBGE - 1984 e 1985.

* Exclui os indivíduos sem declaração.

Dentre os gêneros as oscilações ocorreram no mesmo nível, elevando-se a TPPEA e reduzindo-se a TDES. Mais explicitamente pode-se dizer que a retomada do desenvolvimento econômico "incita" os inativos a ingressarem no mercado de trabalho (eleva-se a TPPEA); estes são absorvidos devido a redução da capacidade ociosa das empresas, aumentando o índice de ocupação. Estabelecendo-se um paralelo com o período precedente, verifica-se que a retomada do crescimento impulsiona ainda mais ao ingresso de mulheres no mercado, tornando-as mais participativas que os homens (variação na TPPEA feminina é superior à masculina). Acresce-se a isso o fato de que não há grandes disparidades entre as taxas de ocupação para homens e mulheres; ou seja, o empregador não estabelece restrições quanto ao gênero do indivíduo que vai compor a sua mão de obra. Essa constatação garante a heterogenização da PEA.

TABELA 3b
TAXA DE DESEMPREGO ABERTO
DISTRIBUIDA POR GÊNERO E IDADE
BRASIL - 1984 E 1985

	TOTAL		HOMENS		MULHERES	
	1984	1985	1984	1985	1984	1985
TOTAL*	4.3	3.4	4.1	3.2	4.6	3.8
10-19 Anos	7.0	5.8	6.9	5.6	7.2	6.1
20-39 Anos	4.8	3.7	4.5	3.4	5.2	4.2
40 ou Mais	1.4	1.1	1.5	1.2	1.1	0.9

FONTE: PNAD/IBGE 1981 e 1983.

* Exclui os indivíduos sem declaração.

Neste mesmo período, com o fim das frentes de trabalho no nordeste reduz-se a ocupação da Construção Civil. A retomada do crescimento ocasiona maior dinamismo na Agricultura (mais acentuado no início da retomada) -- quando reabsorve a mão de obra anteriormente deslocada para as frentes de trabalho -- e na Indústria de Transformação (reaproveitamento da capacidade ociosa); os demais setores de atividade não apresentam alterações significativas²⁶.

²⁶Ver BRUSCHINI, Cristina (1990).

TABELA 4b
POPULAÇÃO OCUPADA DISTRIBUIDA POR RAMOS DE ATIVIDADE
BRASIL - 1984 E 1985

RAMOS	1984	1985	RAMOS	1984	1985
TOTAL	100	100	Prest.Serv.	16.6	16.6
Agrícola	29.8	28.5	Serv.Aux.	2.6	2.7
Ind.Transf.	14.2	14.7	Transp.Com.	3.6	3.6
Ind.Constr.	5.8	5.8	Social	7.5	7.8
Out. Ind.	1.7	1.6	Adm.Públi.	4.3	4.4
Comércio	10.7	10.9	Outras	3.1	3.3

FONTE: PNAD/IBGE 1984 e 1985.

* Exclui os indivíduos sem declaração.

1986

A análise deste ano isoladamente, decorre do mesmo apresentar-se como um marco na economia brasileira, tanto do ponto de vista político, quanto econômico e social. Para dar um maior impulso ao desenvolvimento econômico, o governo recém-empossado adota um plano de ajuste econômico-social: o Plano Cruzado (o primeiro de uma série). As consequências políticas e econômicas do mesmo já foram fruto de várias análises. Entretanto, visto que o tema central desta pesquisa é o mercado de trabalho a as menções aqui feitas acerca deste plano econômico apenas levam em conta as formas de atuação do mesmo na estrutura do mercado de trabalho.

O decréscimo observado pela Taxa de Participação dos economicamente ativos é pouco significativo, como resultado de variações positivas da PIA superiores às da PEA. Essas alterações ocorrem independentemente do gênero observado; disso decorre que as mulheres -- apesar do aumento do padrão

de consumo e da ocupação masculina -- não retomam as atividades domésticas. Aparentemente, os homens revelam maior interesse em voltar à inatividade, pois a TPPEA dos mesmos decresce em níveis superiores à das mulheres, embora não tão significativamente. Entretanto, esse fenômeno é mais corretamente explicado quando da constatação de que durante toda a década a TPPEA feminina apresenta uma trajetória crescente, como parte do processo de heterogeneização da força de trabalho; portanto, alterações na política econômica nacional afetam mais significativamente os homens; a queda da TPPEA destes em 1986, superior à feminina, não deve ser encarada como tendência à "preguiça" ou "ociosidade" durante fases do crescimento econômico.

TABELA 1c
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA
DISTRIBUIDA POR GÊNERO E IDADE
BRASIL - 1986

	TOTAL	HOMENS	MULHERES
TOTAL*	55.8	75.7	36.8
10-19 Anos	36.9	48.2	25.7
20-39 Anos	72.2	95.7	49.9
40 ou Mais	51.7	75.6	29.8

FONTE: PNAD/IBGE - 1986

* Exclui os indivíduos sem declaração.

TABELA 2c
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA
COM RELAÇÃO A POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA
DISTRIBUIDA POR GÊNERO E IDADE
BRASIL - 1986

	TOTAL	HOMENS	MULHERES
TOTAL*	54.4	73.9	35.8
10-19 Anos	35.3	46.1	24.5
20-39 Anos	70.3	93.4	48.4
40 ou Mais	51.3	75.0	29.6

FONTE: PNAD/IBGE - 1986

* Exclui os indivíduos sem declaração.

Na análise gênero por faixa etária, observa-se: a) redução mais acentuada da TPPEA masculina dentre os "jovens"; b) redução mais acentuada da TDES também dentre os "jovens" do sexo masculino; c) eleva-se a TPPEA feminina nas faixas etárias superiores, reduzindo, em pequenas proporções, a TPPEA das "jovens"; d) eleva-se sensivelmente o índice de ocupação da PEA feminina de 20 a 39 anos. Do que resulta a menor inserção precária caracterizando maior qualificação da mão de obra ativa e o maior impulsionamento a heterogeneização do mercado de trabalho.

TABELA 3c
TAXA DE DESEMPREGO ABERTO
DISTRIBUIDA POR GÊNERO E IDADE
BRASIL - 1986

	TOTAL	HOMENS	MULHERES
TOTAL*	2.4	2.3	2.7
10-19 Anos	4.4	4.2	4.8
20-39 Anos	2.6	2.4	3.0
40 ou Mais	0.7	0.8	0.6

FONTE: PNAD/IBGE - 1986

* Exclui os indivíduos sem declaração.

Em relação à composição setorial da economia e alocação da mão de obra, a política econômica do "Cruzado" ao incentivar a produção industrial altera a composição anteriormente observada, favorecendo o aumento dos índices de ocupação nas atividades industriais -- basicamente transformação e construção. A elevação do nível de renda com aumento real do poder aquisitivo favorece também as atividades de comércio e setor social; paralelamente, apesar de não haver interligação direta, cai sensivelmente os índices de ocupação na agricultura.

TABELA 4c
POPULAÇÃO OCUPADA DISTRIBUIDA POR RAMOS DE ATIVIDADE
BRASIL - 1986

RAMOS	1986	RAMOS	1986
TOTAL	100	Prest.Serv.	16.6
Agrícola	25.9	Serv.Aux.	2.8
Ind.Transf.	16.2	Transp.Com.	3.6
Ind.Constr.	6.5	Social	8.2
Out. Ind.	1.5	Adm.Públi.	4.7
Comércio	11.3	Outras	2.8

FONTE: PNAD/IBGE - 1986.

* Exclui os indivíduos sem declaração.

1987 - 1988

Passada a euforia do Plano Cruzado, as divergências entre empregados e empregadores voltam a se acentuar, pois estes exigiam uma reflexão do Governo no que diz respeito ao congelamento de preços e outros itens que atingiam diretamente seus lucros; eles nada queriam perder em nome do bem estar social. Contudo, essa "desilusão empresarial" não pode ser caracterizada como o começo de uma nova crise econômica, pois o Governo, através de outros planos de ajustamento, tenta manter o crescimento econômico iniciado em 84.

O ano de 1987 reflete o fracasso do "Plano Cruzado", tendo como consequência o desemprego em larga escala, que se explica por:

- a) Desequilíbrio dos preços relativos por ocasião do congelamento, resultando na impossibilidade de

repassar a perda de lucro via preços. As pequenas e médias empresas -- maiores geradoras de empregos -- foram as mais atingidas, gerando sério impacto sobre o nível de emprego.

- b) O não congelamento ou tabelamento dos juros, colocando em dúvida a segurança de novos investimentos que sustentassem e ampliassem o emprego.

Esses fatores atuam como condicionantes do comportamento da TPPEA e da TDES, que elevam-se.

TABELA 1d
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA
DISTRIBUIDA POR GÊNERO E IDADE
BRASIL - 1987 E 1988

	TOTAL		HOMENS		MULHERES	
	1987	1988	1987	1988	1987	1988
TOTAL*	55.8	57.1	75.7	76.6	36.8	38.6
10-19 Anos	36.9	37.2	48.2	48.4	25.7	26.1
20-39 Anos	72.2	73.3	95.7	96.0	49.9	52.0
40 ou Mais	51.7	53.6	75.6	77.3	29.8	31.9

FONTE: PNAD/IBGE - 1987 e 1988.

* Exclui os indivíduos sem declaração.

TABELA 2d
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA
COM RELAÇÃO A POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA
DISTRIBUIDA POR GÊNERO E IDADE
BRASIL - 1987 E 1988

	TOTAL		HOMENS		MULHERES	
	1987	1988	1987	1988	1987	1988
TOTAL*	54.4	55.0	73.9	74.0	35.8	37.1
10-19 Anos	35.3	35.0	46.1	45.6	24.5	24.3
20-39 Anos	70.3	70.4	93.4	92.4	48.4	49.7
40 ou Mais	51.3	53.0	75.0	76.3	29.6	31.6

FONTE: PNAD/IBGE - 1987 e 1988.

* Exclui os indivíduos sem declaração.

TABELA 3d
TAXA DE DESEMPREGO ABERTO
DISTRIBUIDA POR GÊNERO E IDADE
BRASIL - 1987 E 1988

	TOTAL		HOMENS		MULHERES	
	1987	1988	1987	1988	1987	1988
TOTAL*	3.6	3.8	3.4	3.6	4.0	4.2
10-19 Anos	6.1	6.7	5.8	6.3	6.8	7.5
20-39 Anos	4.0	4.0	3.7	4.0	4.4	4.6
40 ou Mais	1.2	1.3	1.3	1.3	0.9	1.3

FONTE: PNAD/IBGE 1987 e 1988.

* Exclui os indivíduos sem declaração.

Em 1988 a redução da PEA não foi suficiente para abrandar os efeitos da menor ocupação; resultado: eleva-se o desemprego de forma mais acentuada para os jovens em geral.

Dentre os gêneros, a situação é distinta. As mulheres mantêm a sua taxa de participação, apesar da elevação do desemprego. Ao

passo em que, os homens seguem a trajetória da população total -- queda da TPPEA e aumento da TDES. Nas faixas etárias destes, em 87 as oscilações são uniformes, ao contrário de 88 -- quando já implantados novos planos de ajustamento econômico -- onde a variação da TPPEA e da TDES é mais significativa nas duas faixas inferiores, como decorrência da nova atitude da sociedade e dos empresários frente à um novo plano. A taxa de participação permanece crescente, entretanto, os novos planos irregularizam a economia alterando a trajetória do índice de ocupação.

Setorialmente, a Agricultura permanece com um índice decrescente de ocupação, acompanhada pela Indústria de Transformação em 1987 (esgotamento da capacidade ociosa, defasagem tecnológica e a conseqüente perda da competitividade externa). O sub-empreguismo torna-se mais evidente com a ampliação da ocupação nos setores de comércio, prestação de serviços e social.

TABELA 4d
POPULAÇÃO OCUPADA DISTRIBUIDA POR RAMOS DE ATIVIDADE
BRASIL - 1987 E 1988

RAMOS	1987	1988	RAMOS	1987	1988
TOTAL	100	100	Prest.Serv.	17.6	17.6
Agrícola	24.6	24.2	Serv.Aux.	2.9	3.1
Ind.Transf.	15.7	15.3	Transp.Com.	3.8	3.8
Ind.Constr.	6.6	6.3	Social	8.1	8.7
Out. Ind.	1.5	1.7	Adm.Públi.	4.7	4.8
Comércio	11.6	11.6	Outras	3.0	2.8

FONTE: PNAD/IBGE 1987 e 1988.

* Exclui os indivíduos sem declaração.

3 - Rendimento e Horas Trabalhadas

Nesta sub-seção será adotada como base para avaliação, a ocupação no trabalho principal segundo as classes de rendimentos e os grupos de horas trabalhadas estabelecidos pelo IBGE. Deve-se esclarecer que a análise dos rendimentos é feita em salários mínimos **sem** atualização e reagrupamento dos dados segundo índices de preço, impossibilitando portanto, uma precisa avaliação sobre distribuição de renda entre os entrevistados, bem como o seu nível de bem estar. Tal dificuldade é parcialmente superada quando toma-se como instrumento os dados divulgados pelo IBGE na "Síntese de Indicadores da Pesquisa Básica da PNAD 1981-1989" onde faz-se uma redistribuição dos ocupados segundo classes de salário mínimo **real** (base=1989). Os dois grupos de dados serão observados e avaliados a seguir. Para a análise dos temas rendimento e horas de trabalho, serão utilizados indicadores de distribuição dos ocupados no trabalho principal entre as diversas faixas de renda, os grupos de horas trabalhadas e a posição na ocupação. A delimitação do período permanece a mesma.

Faz-se útil reafirmar o caráter "secundário" desta avaliação como decorrência da falta de dados seguros, conforme citado na introdução deste capítulo.

1981 - 1983

Uma das consequências da crise econômica desse período foi o aumento do subemprego que pode ser verificado quando da

constatação de elevação do percentual de ocupação em jornadas de trabalho inferiores a 40 horas semanais²⁷ e superiores a 49 horas semanais (observar os totais das faixas na tabela 5a). Tais evidências levam a conclusão de que por um lado encontra-se o empregador que diminui a capacidade produtiva de sua empresa passando a necessitar de um menor número de horas de trabalho; por outro lado, o empregado tenta utilizar o seu "excesso de disponibilidade" na execução de outras tarefas -- gerando dupla ocupação com vistas a manutenção da renda familiar. O duplo emprego ocorre de maneira distinta entre as diversas faixas de ocupados; para os empregados e não remunerados significa diversificação das atividades de menor jornada ("bicos"), enquanto que para os conta-própria e empregadores ele pode ser mais claramente entendido como ampliação da jornada efetiva de trabalho²⁸. Essa afirmação está em perfeita harmonia com as observações anteriormente apresentadas sobre elevação da taxa de participação e taxa de ocupação.

²⁷Este é um dos ângulos de análise do subemprego, conforme CACCIAMALI, Maria Cristina (1984).

²⁸ Para os conta-própria, a inexistência de vínculos de trabalho, associada a sua irregular rentabilidade, faz com que a superação da crise seja feita mediante o aumento do número de horas trabalhadas. No que diz respeito aos não remunerados, estes são geralmente familiares que auxiliam o chefe da família em suas atividades.

TABELA 5a
PESSOAS OCUPADOS POR HORAS TRABALHADAS
SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO
BRASIL - 1981 e 1983

	1981			1983		
	Até 39h	40-48h	49-mais	Até 39h	4-48h	49-mais
Total*	18.4	51.7	29.7	20.8	48.7	30.3
Empregado	13.4	59.4	27.0	15.9	57.5	36.5
Conta-Própria	24.5	39.6	35.7	26.4	34.0	39.2
Empregador	7.3	41.3	51.3	9.1	37.0	53.5
Não Remun.	40.6	32.9	26.3	46.0	26.7	27.2

FONTE: PNAD/IBGE 1981 e 1983.

*Exclui os indivíduos sem declaração.

No que tange a distribuição dos ocupados por faixa de renda, o movimento apresentado corresponde ao panorama da época no sentido de que eleva-se o percentual de ocupados com rendimento inferior a 1 (hum) salário mínimo²⁹. De uma forma mais explícita pode-se dizer que: "Nesses primeiros anos do decênio a política econômica que regia os reajustes salariais provocou uma compressão acentuada na curva das remunerações dos assalariados"³⁰. Essa constatação não é bastante explícita quando observa-se a distribuição dos ocupados por classe de rendimento sem inflacionamento dos dados (tabela 6a); entretanto, ao se fazer uso das informações da "Síntese" observa-se que o aumento do número de ocupados em baixas

²⁹Segundo CACCIAMALI, Maria Cristina (1984), esse é o outro ângulo de abordagem quando do estudo do subemprego.

³⁰IBGE (1990) pag. 57.

faixas de renda é ainda superior em termos reais³¹.

TABELA 6a
DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS NO TRABALHO PRINCIPAL
POR CLASSE DE RENDIMENTO MENSAL
BRASIL - 1981 E 1983

	Rendimento Nominal		Rendimento Real	
	1981	1983	1981	1983
Até 1 Sal. M;n.	32.7	38.8	24.2	32.9
Mais de 1 a 2 Sal.	30.4	26.7	31.6	32.2
Mais de 2 a 5 Sal.	25.6	23.1	29.7	23.3
Mais de 5 a 10 Sal.	7.1	7.2	9.1	7.3
Mais de 10 a 20 Sal.	2.7	2.9	3.3	2.9
Mais de 20 Sal.Min	1.0	1.0	1.6	1.0
Sem Rendimento	0.2	0.2	0.2	0.2
Sem Declaração	0.3	0.2	0.3	0.2

FONTE: Síntese da PNAD - IBGE 1990.

Independentemente do inflacionamento do salário mínimo, verifica-se que o agrupamento dos ocupados por classe de rendimento segundo o gênero é bastante diferenciado; a mão de obra feminina é pouco representativa nas faixas salariais mais elevadas. Esta observação pode ser colocada como uma das justificativas para a elevação do índice de ocupação feminina no período, partindo da lógica de substituição da mão de obra com vias ao barateamento dos custos, favorecendo o processo de heterogeneização da PEA, conforme seção anterior. A divergência chega a níveis estrondosos; apenas 20% (em média) das mulheres ocupadas recebem mais de 2 (dois) salários

³¹ Apesar dessa distribuição ter como base apenas o ano de 1989, várias dificuldades são superadas na elaboração de uma análise coesa.

mínimos; entretanto, a progressiva inserção das mesmas no mercado associada à "luta pela igualdade", ocasiona reestruturação da mão de obra a nível salarial, resultando na melhor distribuição dos trabalhadores entre as faixas de remuneração em termos gênero. Contudo, essa redistribuição ocorre apenas sob a égide do salário mínimo **nominal**; quando observados os índices de salário mínimo **real**, verifica-se uma maior proporção de mulheres nas faixas de renda inferiores.

1984 - 1985

Apesar do aumento da atividade econômica neste período, que ocasionou maiores índices de participação e ocupação, a estrutura das classes de rendimento médio mensal permaneceu sem grandes alterações. Se o impulso econômico aplicado sugeria a melhor distribuição de renda, deve-se dizer que objetivo não foi alcançado, ao menos no curto prazo. Tanto em termos nominais quanto reais, a distribuição dos ocupados por faixa de renda permaneceu quase inalterada apesar de elevarem-se as horas de trabalho. A pequena variação ocorrida nas faixas inferiores reflete a condição dos anteriormente desocupados. Esses acontecimentos não são surpreendentes quando percebe-se que em se tratando de projetos econômicos, as respostas são invariavelmente não imediatas do ponto de vista de melhoria do nível de bem estar do trabalhador.

Embora tenha se verificado um claro processo de heterogeneização (conforme constatado na seção precedente), persiste o patamar diferencial de salários entre homens e

mulheres. Estas concentram-se maciçamente nas faixas etárias inferiores. Tal concentração apresenta um duplo sentido:

- 1º - Os baixos salários da mão de obra feminina facilitam a inserção destas no mercado de trabalho; tornando-as mais atrativas aos empregadores;
- 2º - Esses mesmos baixos salários por sua vez mascaram a situação da população ao nível de bem-estar quando reflete-se em carga de dependência ou taxas de desemprego, ao mesmo tempo em que desestimula o ingresso de mão de obra feminina no mercado de trabalho, pois torna-se desvantajosa a dupla jornada, como dona de casa -- uma exigência da sociedade -- e operária.

TABELA 5b
PESSOAS OCUPADOS POR HORAS TRABALHADAS
SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO
BRASIL - 1984 e 1985

	1984			1985		
	Até 39h	40-48h	49h mais	Até 39h	40-48h	49h mais
Total*	19,0	50,4	30,4	18,8	51,8	29,3
Empregado	13,1	59,4	27,4	13,1	60,3	26,5
Conta-Própria	25,9	35,7	38,1	25,3	37,6	36,9
Empregador	9,0	38,1	52,6	8,2	37,8	53,8
Não Remun.	44,8	30,7	24,4	45,3	32,3	22,4

FONTE: PNAD/IBGE: 1984 e 1985.

*Exclui os indivíduos sem declaração.

TABELA 6b
DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS NO TRABALHO PRINCIPAL
POR CLASSE DE RENDIMENTO MENSAL
BRASIL - 1984 - 1985

	Rendimento Nominal		Rendimento Real	
	1984	1985	1984	1985
Até 1 Sal. M;n.	37.2	36.1	37.9	25.6
Mais de 1 a 2 Sal.	26.2	26.0	25.9	34.9
Mais de 2 a 5 Sal.	24.4	24.8	24.1	25.5
Mais de 5 a 10 Sal	7.7	8.2	7.7	8.8
Mais de 10 a 20 Sal.	3.0	3.2	2.9	3.4
Mais de 20 Sal.Min	1.0	1.2	1.1	1.3
Sem Rendimento	0.2	0.2	0.2	0.2
Sem Declaração	0.2	0.3	0.2	0.3

FONTE: Síntese da PNAD - IBGE 1990.

Esses dois pontos convergem na seguinte conclusão: o comportamento dos empregadores no que diz respeito absorção de mão de obra feminina, devido a sua característica "machista" inviabilizam a estabilização da estrutura social, por negar a remuneração da mão de obra feminina equivalente à masculina, independentemente das atividades desenvolvidas.

1986

A nível de distribuição de renda, o efeito imediato do Plano Cruzado é inegável, tanto a nível real quanto nominal. A melhoria do poder aquisitivo é mais significativa para aqueles que apresentavam-se nas faixas de renda inferiores, deslocados para as faixas médias. Para os que se concentravam nesta, as oscilações foram menos significativas.

TABELA 5c
PESSOAS OCUPADAS POR HORAS TRABALHADAS
SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO
BRASIL - 1986

=====			
1986			
	Até 39h	40-48h	49h mais

Total*	18,1	53,6	28,0
Empregado	13,5	61,8	24,5
Conta-Própr.	25,3	38,7	35,8
Empregador	8,7	40,6	50,5
Não Remun.	41,1	33,4	25,4
=====			

FONTE: PNAD/IBGE - 1986

* Exclui os indivíduos sem declaração.

TABELA 6c
DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS NO TRABALHO PRINCIPAL
POR CLASSE DE RENDIMENTO MENSAL
BRASIL - 1986

	Rendimento	
	Nominal	Real

Até 1 Sal. M;n.	31.1	15.2
Mais de 1 a 2 Sal.Min.	26.4	33.3
Mais de 2 a 5 Sal.Min	28.8	32.7
Mais de 5 a 10 Sal.	8.6	11.8
Mais de 10 a 20 Sal.	3.4	4.5
Mais de 20 Sal.Min.	1.2	2.0
Sem Rendimento	0.2	0.2
Sem Declaração	0.3	0.3
=====		

FONTE: Síntese da PNAD - IBGE 1990.

Em termos de gênero observa-se que a estrutura de distribuição dos indivíduos permaneceu estável apesar de indicar sinais de equiparação; a população ocupada feminina continuou a ter maior relevância nas faixas de renda inferiores. A melhor distribuição possibilitada pelo Plano Cruzado acarretou também a reestruturação na jornada de

trabalho dos ocupados; o "fim da necessidade" de uma fonte de renda adicional ocasionou redução no número de horas trabalhadas pelos indivíduos, reduzindo também a TPPEA nas faixas etárias de limite inferior e superior e mais sensivelmente a taxa de desemprego aberto (seção anterior);

1987-1988

Já no ano de 1987 as transformações ocasionadas pelo Plano Cruzado sofrem brutais oscilações no que diz respeito ao rendimento mensal real; eleva-se substancialmente o percentual de ocupação nas faixas de rendimento inferiores, efeito este completamente mascarado quando observa-se as transformações ao nível de renda nominal. Os anos de 87 e 88 parecem indicar um triste retorno as condições apresentadas durante a crise de 83. Entretanto, ao observar-se o índice de ocupação por horas trabalhadas, constata-se que a queda real do nível de bem estar não foi percebida pelos trabalhadores, supondo-se que tal redução instigaria os empregados a elevarem suas jornadas de trabalho, sob a forma de duplo emprego. Pode-se concluir que, diferentemente do que ocorreu na crise de 1983, o decréscimo do salário real não ocasionou dispensa da mão de obra, haja vista a manutenção da Taxa de Ocupação (vide seção anterior) do que resultou a indisponibilidade de tempo para o duplo emprego.

TABELA 5d
PESSOAS OCUPADAS POR HORAS TRABALHADAS
SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO
BRASIL - 1987 E 1988

	1987			1988		
	Até 39h	40-48h	49h-mais	Até 39h	40-48h	49h-mais
Total	19,8	52,3	27,7	20,4	52,1	27,4
Empregado	14,6	61,1	24,2	15,6	61,3	23,0
Conta-Própr.	28,0	36,3	35,6	27,8	34,9	37,1
Empregador	9,7	39,5	50,5	9,8	35,9	54,0
Não Remun.	44,9	30,0	25,1	44,2	31,2	24,6

FONTE: PNAD/IBGE 1987 e 1988.

* Exclui os indivíduos sem declaração.

TABELA 6d
DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS NO TRABALHO PRINCIPAL
POR CLASSE DE RENDIMENTO MENSAL
BRASIL - 1987 E 1988

	Rendimento Nominal		Rendimento Real	
	1987	1988	1987	1988
Até 1 Sal. M;n.	27.5	31.6	28.0	31.7
Mais de 1 a 2 Sal.	27.6	27.0	27.4	26.9
Mais de 2 a 5 Sal.	30.0	26.1	29.9	26.1
Mais de 5 a 10 Sal.	8.8	8.6	8.6	8.6
Mais de 10 a 20 Sal.	3.8	4.0	3.8	4.0
Mais de 20 Sal.Min.	1.7	1.9	1.7	1.9
Sem Rendimento	0.2	0.2	0.2	0.2
Sem Declaração	0.4	0.6	0.4	0.6

FONTE: Síntese da PNAD - IBGE 1990.

AS REGIÕES METROPOLITANAS

A partir dessa seção desenvolve-se o objeto central dessa pesquisa: as regiões metropolitanas. O estudo das mesmas será feito mediante uma periodização distinta daquela apresentada para o Brasil -- serão abordados anos isoladamente, ao invés de períodos³² -- e uma menor subdivisão das variáveis, apenas os totais dos grupos serão observados, visto que o detalhamento por faixa etária tornaria a análise confusa e desarticulada, quando das comparações inter-RM's, acresce-se a isso a indisponibilidade de dados detalhados para o período. Vale acrescentar que a PNAD apenas pesquisou as 09 (nove) regiões metropolitanas aqui tratadas a partir de 1981³³, tornando o período em questão "experimental" a nível de questionários e informações.

Deve-se esclarecer que o não agrupamento das RM's entre si, visa uma melhor certeza da análise a ser feita; poder-se-ia, por exemplo, agrupar as RM's segundo os PIB's de seus

³²A Variação dos índices ano a ano é pouco significativa, haja vista a limitação das áreas isoladamente enfocadas. Excetua-se, entretanto, períodos de grandes mudanças no curto prazo; na década de oitenta optou-se pelo enfoque dos anos de 1981, 1983, 1984, 1986 e 1988, baseado nas mudanças ocorridas na conjuntura econômica nacional. (vide seção anterior).

³³Na década de 70, ou mais exatamente, no período 76-79, a PNAD limitava-se a investigar as RM's de Rio de Janeiro e São Paulo.

respectivos Estados; neste caso, seria suposto que a região metropolitana centra o "grosso" da atividade econômica do Estado, o que é falso³⁴.

A grandeza do espaço analisado, bem como a sua diversidade não devem ser adotados como pontos críticos para este trabalho que acabariam por caracterizá-lo como "pretensioso" em seus objetivos. Em decorrência disto, reafirma-se que o mesmo não propõe-se a grandes discussões sobre as diversidades regionais.

A seguir será analisada, por tópicos, a dinâmica do mercado de trabalho das RM's comparando-a com aquela apresentada pelo território nacional. No texto que se segue, assim como nas tabelas, toma-se os seguintes códigos que designam as regiões metropolitanas: RMBP - Belém do Pará; RMBH - Belo Horizonte; RMCU - Curitiba; RMFO - Fortaleza; RMPA - Porto alegre; RMRE - Recife; RMRJ - Rio de Janeiro; RMSA - Salvador e; RMSP - São Paulo.

1. Aspectos Gerais

Segundo Sabóia (1991), a análise da década de 80 deveria ter como ponto de partida o ano de 1980 por ser este "(...) o ano de maior crescimento da década"³⁵, entretanto a não realização

³⁴A exemplo disso sabe-se que a produção mineira é bastante representativa na agricultura nacional, sendo que a zona de maior produtividade não situa-se na RM de Belo Horizonte.

³⁵SABÓIA, João (1991) pag. 2.

da PNAD neste ano, por ocasião do Censo, faz com que se opte por iniciar o estudo no ano de 1981, embora os indícios de queda da atividade econômica já se apresentassem visíveis. Decorrente desse processo de crise, o número de pessoas que ingressam no mercado de trabalho com fins de "(...) complementar o rendimento familiar em um período de dificuldades econômicas"³⁶, ocasiona uma grande variação na taxa de participação.

Deve-se salientar desde já as dificuldades existentes na caracterização das regiões metropolitanas individualmente, pois a mesma exige um vasto conhecimento das especificidades regionais. Este mesmo argumento serve de sustentação a ausência de considerações gerais mais aprofundadas; no texto que se segue, optou-se por fazer análises baseadas nos dados disponíveis evitando quaisquer afirmações não comprováveis.

2. Participação e Desemprego

Como ocorre para o território nacional, a TPPEA apresenta-se crescente durante a década, principalmente para as mulheres; logo, a heterogeneização da força de trabalho independe da região metropolitana considerada. As variações mais significativas foram encontradas em Belém do Pará (11,3) e Fortaleza (8,2), regiões metropolitanas com alto grau de

³⁶Ibidem, pag. 3.

informalização³⁷, o que significa dizer que o número de ocupados que assume a posição de conta-própria na atividade é bastante significativo. Nessas RM's a informalização tem como consequência, e é consequente, dos altos níveis de ocupação nos ramos de prestação de serviços e comércio de mercadorias. Essa correlação resulta da maior facilidade de inserção nesses setores, pois os mesmos, em termos gerais, além de não fazerem distinções severas quanto ao gênero e faixa etária, exigem pouca qualificação da mão de obra³⁸.

Partindo-se de uma abordagem mais generalizada, a investigação feita acerca da TPPEA das RM's no início da década de 80, resulta na classificação dessas em 03 (três) grupos distintos; a saber:

- a) Grupo I = TPPEA < 50,0 = Belém do Pará, Fortaleza, Recife e Salvador.
- b) Grupo II = 50,0 < TPPEA < 55,0 = Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Rio de Janeiro.
- c) Grupo III = TPPEA > 55,0 = São paulo.

³⁷Tem-se aqui por informalização o índice resultante da relação percentual observada entre o número de trabalhadores conta-própria ocupados e o total de indivíduos ocupados.

³⁸Esta afirmativa não ignora os entraves à entrada nesses ramos, apenas leva em conta o grau de aperfeiçoamento da mão de obra necessária para o exercício de suas atividades mais específicas que é inferior ao encontrado em outros ramos. Uma melhor discussão acerca de barreiras à informalização é encontrada em CACCIAMALI, M^a Cristina (1983).

Mediante esse agrupamento poder-se-ia dizer que o ingresso de indivíduos em idade ativa no mercado de trabalho está condicionado ao grau de desenvolvimento do Estado em que a região metropolitana se encontra, dado que o agrupamento acima distingue claramente as RM's de acordo com o grau de desenvolvimento das suas respectivas regiões. Tal fato iria contra a justificativa apresentada anteriormente para o não agrupamento da RM's. Entretanto, observa-se que ao final do período as discrepâncias entre as TPPEA's das diversas RM's não são tão acentuadas quanto no início, sugerindo uma homogeneização dos índices de participação entre as RM's³⁹, independentemente do grau de desenvolvimento da região. Disso resulta, ao final da década, patamares menos elevados de diferenciação entre as taxas de participação, comportamento este bastante influenciado pelas mudanças ocorridas na TPPEA feminina. Essa convergência pode também ser interpretada como resultado da integração do mercado de trabalho, mais frequentemente citada nos estudos que envolvem o território nacional. Segundo Sabóia (1989), esta integração decorre de:

- a) diminuição das disparidades setoriais, e regionais, via crescimento da produtividade;
- b) multiplicação das interrelações setoriais e;
- c) formação de um mercado de trabalho assalariado nacional⁴⁰.

³⁹Esta observação não deve ser entendida como "minoração das desigualdades" regionais ao nível de bem estar e rendimento.

⁴⁰Esse mercado nacional pressupõe a tendência ao decréscimo da representatividade das atividades "arcaicas", primitivas ou

Entretanto, essa teoria de integração do mercado de trabalho do ponto de vista de Sabóia é contrariada quando observa-se que em 1985, "o emprego formal no Brasil está concentrado no centro-sul. O único setor em que o restante do país tem importância é a administração pública"⁴¹; Todavia, Casimiro afirma que a única forma de apreender a noção de integração diante desse contexto é admitindo que dentre os vários conceitos de integração existentes, não exclue-se a possibilidade de ocorrer diferenciações internas entre as várias partes que compõe o todo⁴², persistindo o dualismo formal/informal. Assim, constata-se que a convergência anteriormente citada pode decorrer não da integralização do mercado de trabalho, com menores índices de representatividade das atividades "arcaicas", mas da equalização proporcional da dualidade inter-RM's, ou seja, generalizaçõ do primitivismo.

1981 - 1983

Considerando-se esses dois primeiros anos, observa-se que as RM's de Curitiba e Salvador, contrariando a tendência geral, apresentam decréscimo na TPPEA. Estatisticamente essa variação ocorre devido a um aumento da PIA proporcionalmente superior a PEA. Com vista a se obter maiores esclarecimentos sobre essas

não-capitalistas (informais).

⁴¹SABÓIA, João (1988), pag, 10. Grifo do autor.

⁴²CASIMIRO, Liana M^a (1989).

informações, faz-se uma análise da conjuntura econômica do período.

TABELA 6a
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOS ECONOMICAMENTE ATIVOS
NAS REGIÕES METROPOLITANAS
1981 E 1983

	1981			1983		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
RMBH	53,2	70,7	37,1	53,6	70,0	38,5
RMBP	43,9	61,1	28,9	45,9	62,8	31,1
RMCU	54,5	73,9	36,4	53,1	72,6	35,0
RMFO	50,2	66,5	36,5	51,1	65,6	38,9
RMPA	56,6	73,0	41,5	56,8	73,7	41,3
RMRE	46,0	63,6	30,6	46,9	64,3	31,4
RMRJ	51,7	69,9	34,9	54,0	70,8	38,5
RMSA	51,4	67,2	37,4	50,5	66,5	36,4
RMSP	55,8	75,1	37,1	56,3	75,3	38,2

FONTE: PNAD/IBGE: 1981-1983.

TABELA 7a
TAXA DE OCUPAÇÃO NAS
REGIÕES METROPOLITANAS
1981 E 1983

	1981	1983
RMBH	49,2	48,8
RMBP	41,6	42,7
RMCU	51,8	49,6
RMFO	47,4	48,3
RMPA	53,9	52,9
RMRE	42,4	43,3
RMRJ	48,2	50,0
RMSA	47,7	47,6
RMSP	52,1	51,8

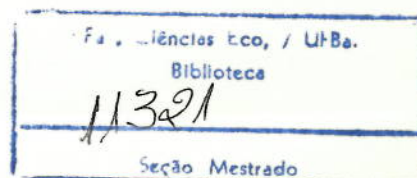
FONTE: PNAD/IBGE: 1981 e 1983.

TABELA 8a
TAXA DE INFORMALIZAÇÃO NAS
REGIÕES METROPOLITANAS
1981 E 1983

	1981	1983
RMBH	24,8	23,5
RMBP	25,8	26,8
RMCU	19,6	23,3
RMFO	20,2	20,2
RMPA	16,5	19,5
RMRE	17,0	19,7
RMRJ	14,2	14,5
RMSA	17,9	19,3
RMSP	17,5	18,6

FONTE: PNAD/IBGE: 1981 e 1983.

No caso de Salvador, o comportamento apresentado associa-se a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari que começou a se expandir nesse período, possibilitando à economia baiana variações positivas no PIB. Correlacionando esse fatores com o comportamento do mercado de trabalho em Salvador, observa-se que parte da mão de obra do Pólo Petroquímico é oriunda da RMSA e o nível de renda da mesma atendia as condições mínimas de bem estar social. Associado ao Pólo tem-se que outras atividades apresentam-se lucrativas para a região, como comércio e transporte. Diante disto, constata-se que para os indivíduos da RMSA não houve, entre 81 e 83, a necessidade de inserção do membro adicional no mercado com vistas a manutenção da renda (decréscimo proporcional da PEA - tabela 6a), associado a não variação da POC quando relacionada à PIA (manutenção do nível de ocupação - tabela 7a). Observando-se a distribuição por ramos de atividade, essa afirmação pode parecer contraditória, visto que entre 81 e 83 cai a ocupação



na indústria de transformação; todavia, a alta taxa apresentada em 81 reflete a expansão da atividade resultante da implantação do COPEC (Complexo Petroquímico de Camaçari) que é desaquecida a partir de 83, só voltando a recuperar-se em 86. Apenas um acompanhamento com menor periodicidade poderia identificar mais claramente esse fenômeno. Contrapondo esse fato com a alta taxa de desemprego do período, têm-se que o COPEC incentivou a migração para Camaçari (município da RMSA). Inicialmente, houve maior absorção de mão de obra sem inserção de novos indivíduos no mercado; ou seja, aumento real do emprego na RMSA durante o maior período de crise da economia brasileira nos anos 80. Ao longo da década, o crescimento da mão de obra disponível (elevação da PEA) sem a proporcional oferta de emprego, fez oscilar a taxa de desemprego⁴³.

No caso de Curitiba pode-se afirmar que a inserção do membro adicional da família no mercado de trabalho apresentou-se desnecessária após a reestruturação intersetorial dos ocupados; ou seja, sem querer discutir a questão clássica de perfeita mobilidade do capital e da mão de obra, observa-se que a queda da atividade industrial na RMCU foi contornada com o aumento da ocupação em outros setores.

Pode-se observar que a crise exerce um efeito diferenciado entre as RM's quando relacionada ao gênero; Rio de Janeiro e

⁴³O volume de emprego oferecido foi suficiente para aumentar a taxa de ocupação, mas não para absorver toda a mão de obra.

Fortaleza produzem as maiores variações na TPPEA feminina entre 81 e 83 (3,4 e 2,4 respectivamente), enquanto que em Curitiba, Porto Alegre e Salvador ocorre queda da TPPEA feminina.

Diferentemente do método empregado para o estudo do território nacional, quando da investigação das RM's deve-se levar em conta, com uma certa relevância, fatores psicológicos educacionais que "moldam" a formação da atuação da mulher no mercado de trabalho. Assim sendo, conclui-se que só uma análise da economia regional, com enfoque na RM, confrontada com as observações acerca do território nacional, pode justificar parcialmente especificidades na dinâmica do mercado de trabalho. De onde surge a constatação de que as variações na TPPEA feminina foram mais significativas nas RM's que possuem alto índice de absorção de mão de obra no ramo de comércio e/ou prestação de serviços, pois estes não fazem grandes distinções quanto ao gênero⁴⁴.

1984 - 1986

A análise desses dois anos conjuntamente baseia-se no fato dos mesmos atuarem como marcos de crescimento econômico ao nível de Brasil. O primeiro, 1984, é qualificado como ano de retomada dos desenvolvimento após a crise; enquanto o segundo,

⁴⁴Essa observação também é válida quando faz-se considerações que envolvam os indivíduos em faixas etárias mais avançadas.

1986, ressalta-se pela adoção de medidas de choque que visavam impulsionar ainda mais o crescimento. Evidentemente que numa análise que envolva uma menor área de estudo, esse marco pode ser questionado, pois as influências exercidas pelas políticas econômicas nacionais diferem localmente, de acordo com a especificidade de cada espaço econômico. A partir dessa ressalva, observa-se que em 1984, a TPPEA da RMBH, RMPA E RMRE, não se alteram quando comparadas ao período anterior (tabela 6b); ou seja, a retomada do crescimento não faz com que os indivíduos em idade ativa dessas RM's se interessem pelo ingresso no mercado de trabalho, ao contrário do que acontece nas demais RM's (exceto Rio de Janeiro), onde a alteração no panorama econômico nacional ocasiona imediata modificação no mercado de trabalho no sentido de motivar uma maior inserção de mão de obra, gerando maior procura por emprego. Os dados sobre o nível de desemprego nas RM's informam que essa maior inserção é acompanhada por variações positivas na ocupação; existe aumento médio real do nível de emprego das RM's em 1984 (tabela 7b).

TABELA 6b
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOS ECONOMICAMENTE ATIVOS
NAS REGIÕES METROPOLITANAS
1984 E 1986

	1984			1986		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
RMBH	53,7	69,5	39,0	57,0	71,6	43,9
RMBP	47,1	64,7	31,9	50,4	63,3	37,6
RMCU	55,2	73,6	38,3	56,0	73,8	39,4
RMFO	53,2	68,8	39,9	55,0	71,3	41,4
RMPA	56,2	72,3	41,5	58,7	73,9	45,0
RMRE	46,7	64,6	31,2	49,3	67,2	33,2
RMRJ	52,4	68,3	37,8	54,2	71,0	39,1
RMSA	53,1	68,1	39,8	53,2	68,6	40,4
RMSP	57,1	74,8	40,3	58,7	76,4	42,5

FONTE: PNAD/IBGE: 1984

TABELA 7b
TAXA DE OCUPAÇÃO NAS
REGIÕES METROPOLITANAS
1984 E 1986

	1984	1986
RMBH	49,5	55,1
RMBP	44,1	45,9
RMCU	51,7	54,8
RMFO	50,2	53,1
RMPA	53,1	57,1
RMRE	42,8	46,9
RMRJ	48,9	52,5
RMSA	49,9	50,7
RMSP	53,2	56,7

FONTE: PNAD/IBGE: 1984 e 1986.

TABELA 8b
TAXA DE INFORMALIZAÇÃO NAS
REGIÕES METROPOLITANAS
1984 E 1986

	1984	1986
RMBH	22,7	23,0
RMBP	24,4	22,7
RMCU	23,4	21,6
RMFO	20,3	19,8
RMPA	18,6	16,4
RMRE	19,4	19,5
RMRJ	15,0	14,8
RMSA	18,5	19,8
RMSP	17,5	17,7

FONTE: PNAD/IBGE: 1984 e 1986.

Essas considerações devem necessariamente ser associadas à estrutura da ocupação das RM's individualmente. Inicialmente deve-se retomar o fato de que o impulso econômico iniciado em 1984, teve como característica básica a retomada do crescimento econômico via reaproveitamento da capacidade industrial, diminuindo a ociosidade. Disso decorre que nas RM's em que o setor industrial não desempenhou um papel importante na geração de empregos, direta ou indiretamente, a variação de empregos foi pouco significativa.

Mais explicitamente: pode-se afirmar que a partir de 1983 começa a surtir efeito o programa de ajustamento divulgado na 1ª Carta de Intenções do FMI com o Brasil. Esse programa visava, a curto prazo, reduzir os desequilíbrios internos e externos da economia brasileira e tinha como instrumento básico, o aumento da poupança interna, com vias a substituição da poupança externa e melhoria na eficiência alocativa da

economia⁴⁵. Essa alteração na estrutura produtiva favoreceu principalmente os setores de exportação, particularmente metalurgia, mecânica e papelão. Disso resulta que para as regiões metropolitanas, a retomada no ano de 1984 só foi claramente visível quando nelas existiam indústrias de bens de exportação ou quando localizavam-se próximas o suficiente à parques industriais de forma a sofrerem incentivos indiretos em atividade secundárias. Feitas essas considerações entende-se que o aumento do desemprego em Recife em 1984 resultou da não significância da atividade industrial de exportação na região, assomada a incapacidade dos demais setores em absorver a mão de obra.

No caso de Salvador observa-se a especificidade da economia baiana cujo PIB estabiliza-se apesar do impulso nacional. O resultado disso é a não alteração da estrutura do emprego no sentido de maior absorção de mão de obra, apesar da realocação dos já ocupados entre os ramos de atividade onde observa-se aumento na proporção de indivíduos associados a serviços. Em Fortaleza, eleva-se a ocupação nos ramos de agricultura (fim da seca do nordeste) e comércio de mercadorias apesar da menor taxa de informalização (24,4 em 1984 contra 26,8 em 1983). A sensível queda da ocupação na construção civil pode ser decorrente do fim das frentes de trabalho.

A reviravolta na economia nacional por ocasião do Plano Cruzado, 1986, é bastante identificada nos mercados urbanos. O

⁴⁵Ver CACCIAMALI, M^a Cristina (1988).

aumento do nível de renda real da população permite que os indivíduos anteriormente afastados por motivo de desalento encontrem novos impulsos ao ingresso no mercado de trabalho. Eleva-se a TPPEA de maneira generalizada nas RM's, movimento este correspondido pela maior ocupação, primordialmente na indústria de transformação e comércio de mercadorias. Essas modificações são também observadas quando da análise da trajetória da Taxa de Desemprego Aberto que cai abruptamente nas RM's. Exceção feita a RMBP que apresenta aumento do nível de desemprego; nessa, os ramos com índices de ocupação variando positivamente foram prestação de serviços e administração pública. Este último apesar de ocupar um significativo número de indivíduos não possui grande facilidade de acesso, em anos não eleitorais, enquanto que aquele não é muito atrativo a nível de rentabilidade; supõe-se que as transformações na conjuntura econômica nacional geraram expectativas não correspondidas.

1988

Findo os Planos Cruzados I e II, persistem os incrementos nas taxas de participação dos economicamente ativos, ou seja, permanece o movimento de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. Este por sua vez, não é correspondido integralmente com aumento da ocupação, de onde resulta maiores níveis de desemprego. Contrapondo-se ao ano precedente, cai a ocupação no ramo de atividades industriais que juntamente com maiores índices de informalização traduz crescimento das atividades em

prestação de serviços. Assim como em 1986, o ano de 1988 apresenta comportamento semelhante entre as RM's.

TABELA 6c
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOS ECONOMICAMENTE ATIVOS
NAS REGIÕES METROPOLITANAS
1988

	1988		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES
RMBH	58.4	73.4	44.8
RMBP	52.6	63,0	40.2
RMCU	58.3	76.3	41.7
RMFO	57.5	72.9	44.7
RMPA	59.4	74.1	46.2
RMRE	49,2	66.3	34.3
RMRJ	54,3	70.8	39,4
RMSA	57.2	71.3	44.3
RMSP	58,0	76,6	41.2

FONTE: PNAD/IBGE: 1988

TABELA 7c
TAXA DE OCUPAÇÃO NAS
REGIÕES METROPOLITANAS
1988

	1988
RMBH	55,6
RMBP	49,6
RMCU	56,0
RMFO	53,7
RMPA	56,7
RMRE	45,1
RMRJ	51,9
RMSA	53,2
RMSP	55,4

FONTE: PNAD/IBGE: 1988

TABELA 8c
TAXA DE INFORMALIZAÇÃO NAS
REGIÕES METROPOLITANAS
1988

	1988
RMBH	24,0
RMBP	28,1
RMCU	23,2
RMFO	20,4
RMPA	19,2
RMRE	19,9
RMRJ	15,3
RMSA	18,1
RMSP	17,7

FONTE: PNAD/IBGE: 1988.

3. Rendimento

Na seção sobre o Brasil que trata este tema, utilizou-se as informações da "Síntese da PNAD" sobre rendimento real, visando uma análise mais consistente; infelizmente, tal recurso não é possível quando do estudo da RM's, haja visto a inexistência das informações. Acresce-se a isso a indisponibilidade de dados sobre jornada de trabalho para todo o período, fato este que torna esta análise menos rica. Segue os resultados das investigações possibilitadas pelo periódico ao nível de rendimento para toda a década de oitenta. As tabelas que serão citadas no decorrer do texto, poderão ser encontradas ao final desta seção; a justificativa para essa alteração na estética do trabalho encontra-se na dificuldade de elaboração de um padrão de formatação por períodos de fácil visualização para as informações.

1981 - 1983

Os efeitos da crise econômica são observados quando constata-se a elevação do percentual de ocupados nas faixas salariais de limites, inferior e superior, traduzindo um claro fenômeno de concentração de renda que acaba por reduzir a significância do estamento social médio. Esse fenômeno ocorre de forma indistinta entre as regiões metropolitanas, o que não deve ser interpretado como nivelamento das satisfações sociais entre as RM's, visto que esta encontra-se condicionada aos índices relativos ao custo de vida que apresentam particularidades entre as áreas enfocadas.

Partindo da suposição de pouca discrepância nos índices de custo de vida intra-RM's e entre as RM's e o território nacional, pode-se fazer uma analogia que ressaltam as afirmações supra-citadas sobre a polarização dos indivíduos segundo as classes de renda. O comportamento apresentado pelos índices de rentabilidade ao nível nominal para as regiões metropolitanas, assemelha-se àquele observado no território nacional; neste, essas informações revelam concentração da população, ao nível de renda real, nas faixas salariais mais baixas. Retomando-se a suposição de pouca discrepância entre os índices de custo de vida no território nacional e RM's, pode-se dizer, por analogia, que entre as regiões metropolitanas tal comportamento também é verificado, justificando a suposição de má distribuição de renda.

Ainda com relação aos dados dispostos nas tabelas, observa-se que a RMBH apresentou o maior índice de concentração da renda nominal onde reduziu-se em 4,34 e 4,46 pontos percentuais a população ocupada nas faixas de Mais de 1 a 2 Salários Mínimos e Mais de 2 a 4 Salários Mínimos respectivamente. Pode-se observar também que São Paulo, à exceção das demais RM's, demonstrou crescimento do índice em 1,84 pontos percentuais na primeira faixa mediana.

As informações acima são absolutamente coerentes com o quadro recessivo do período e aliam-se ao já verificado aumento da informalidade, visto que as atividades informais possibilitam, em sua maior parte, menos rendimentos⁴⁶.

Novamente deve ser feita a ressalva de que esta seção toma como parâmetro índices de salário nominal, que podem ou não ser alterados quando corretamente inflacionados; entretanto, esta análise serve como base para a formatação de uma estrutura do mercado de trabalho das RM's.

1984-1986

No curto período 83-84, poucas modificações ocorreram;

⁴⁶Deve-se tornar claro que os profissionais liberais, que se enquadram nesta categoria, revelam-se em alguns casos, como exceção no que concerne a questão de rendimento.

entretanto, já tornam-se visíveis os primeiros sinais de modificação na estrutura de distribuição de renda. Sinais esses que revelam em algumas RM's (Recife, Fortaleza, Belém do Pará e Salvador) redução dos índices relativos as primeiras faixas salariais, com o conseqüente incremento nas faixas medianas. Em uma abordagem preliminar poder-se-ia afirmar que esta alteração reflete maior distribuição de renda e melhores condições de vida. Entretanto, de posse de informações adicionais, torna-se possível dizer que alterações na estrutura de distribuição de rendimentos nominais apenas reflete melhor nível de bem-estar quando não há influências dos índices de custo de vida, conforme supracitado.

O ano de 1986 revela diferentes reações as políticas econômicas implantadas, podendo até mesmo apresentar poucas conseqüências dessas políticas, visto o curto período entre a implantação do "Plano Cruzado" e a semana de referência da pesquisa neste ano. Observa-se entretanto, que os dados indicam continuidade das tendências observadas em 84 intra-regiões metropolitanas, apesar dos vieses relacionados ao panorama geral; ou seja, apesar das RM's não demonstrarem uniformidade no comportamento dos índices, persiste a reestruturação distributiva interna iniciada em 1984.

1988

Os dados relativos ao rendimento nominal nas regiões metropolitanas em 1988 apresentam-se bastante individualizados, tornando-se difícil normalizá-los, o que,

embora facilitasse a análise, provocaria distúrbios na caracterização. Em decorrência disto, faz-se uma abordagem particular para cada RM.

a) Belo Horizonte => A nova estrutura da distribuição dos rendimentos indicam a acentuação do pólo inferior bem como das faixas médias; observando-se que a taxa de informalização do período também elevou-se, pode-se "grosseiramente" concluir que as atividades informais que tornaram-se mais representativas são aquelas que oferecem pouco rendimento, caracterizando assim um decréscimo no nível de bem-estar social da população.

b) Belém do Pará => Nesta a polarização da população entre as faixas de rendimento é menos evidenciada pois, apesar do crescimento significativo da parcela de indivíduos que ganham até 1/2 salário mínimo (2,24 pontos percentuais), as faixas medianas se reposicionam de forma condizente com o aumento da taxa de ocupação, levando a crer que os novos empregos ofereciam boa rentabilidade. Mas como explicar neste caso o salto da taxa de informalização? Dessa constatação deduz-se que o aumento da ocupação relaciona-se aos profissionais liberais de melhor qualificação, mesmo que empregados apenas temporariamente (consultoria, 'free-lancer', etc), justificando o crescimento da atividade informal sem grande concentração de renda.

c) Curitiba => Neste ano persiste de forma parcial a tendência apresentada em 1986, indicando aumento da população relativa nas faixas médias de rendimento que pode indicar melhores condições de vida mas que se contrapõe à elevação da parcela

com mais de 5 salários mínimos e Sem Rendimento; associando esta tendência à evolução dos demais índices (seção anterior), sugere-se uma desigualdade na distribuição de tarefas, e conseqüentemente renda, dos novos ocupados.

d) Fortaleza => Esta RM apresenta um comportamento bastante particular no período; ao contrário do evidenciado nas duas últimas RM's citadas, os índices de rendimento para Fortaleza indicam aumento dos "menos favorecidos" (até 1 salário mínimo), apesar do decréscimo da parcela "mais rica", com elevação da camada média situada entre 1 e 2 salários mínimos. Com base nessas informações poder-se-ia relatar que em Fortaleza houve uma distribuição de rendimentos que poderia ser qualificada como "capenga"; porém, a faixa média cresceu em apenas 6,97% indicando empobrecimento da população, também observado através da maior parcela dos "Sem Rendimentos".

e) Porto Alegre => Nesta verifica-se comportamento semelhante ao apresentado em Fortaleza, todavia em patamares opostos. A faixa inferior eleva-se em apenas 0,27% e a média em 4,59%, de onde pode-se realmente deduzir uma melhor distribuição de rendimentos. Ao nível de emprego esse comportamento contraria a hipótese de empobrecimento causado pela maior informalização, conforme verificado na seção anterior.

f) Recife => o aumento do percentual populacional nas faixas de mais baixa e mais alta renda indicam uma maior concentração de renda. Este fato, aliado a maior taxa de informalização e menor taxa de ocupação revelam maior carência da população ao nível de bem-estar. Poder-se-ia fazer alusão a maior parcela de ocupados com mais de 1 a 2 salários mínimos para apoiar a

hipótese de um conflito distributivo em menores escalas; entretanto, esta oscila em patamares tão insignificantes que não põe em questão a piora do poder aquisitivo da população. A diminuição dos Sem Rendimento também não altera o quadro conclusivo.

g) Rio de Janeiro => nesta RM, os índices de distribuição dos ocupados por classe de rendimento sugerem grandes alterações na estrutura existente com melhor poder aquisitivo para toda a população. Tal observação parte de uma correlação entre maior poder de compra e menores salários que reconhece-se ser superada quando faz-se referência aos índices de custo de vida. As pequenas oscilações nas taxas de participação, ocupação e informalização sugerem que as alterações tenham ocorrido em sua maior parte com os indivíduos já inseridos no mercado de trabalho.

h) Salvador => o ano de 1988 representa para a região metropolitana de Salvador um marco de reversão das tendências apresentadas com o "Plano Cruzado" de 1986. De uma forma um pouco grosseira, poder-se-ia dizer que uma análise que excluísse 1986 do período 81-88 tornaria bastante visível a tendência crescente de polarização da população da RMSA nos extremos das classes de rendimento (o ano de 1983 não foge a esta regra apesar da redução da parcela de indivíduos com até 1/2 salário mínimo), embora tenha havido um queda na taxa de informalidade.

i) São Paulo => ao contrário do que ocorreu na região metropolitana de Salvador, São Paulo apresentou-se apto a manter as alterações iniciadas em 1986 que ocasionaram elevação da representatividade dos indivíduos ocupados nas

faixas superiores a 1 salário mínimo, assemelhando-se ao comportamento ocorrido na RMRJ. Para a RMSP, a menor taxa de ocupação (que acaba por refletir maior índice de desemprego) pode sugerir que os melhores rendimentos resultaram de uma nova distribuição da rentabilidade entre um número menor de trabalhadores empregados. A manutenção da taxa de informalidade demonstra que os ocupados classificados como conta-própria pouco contribuíram para estas transformações.

Concluída esta seção, observa-se que a análise das RM's individualmente foi imprescindível para uma melhor avaliação do comportamento apresentado em 1988. A indisponibilidade de dados mais diversificados não foi superada; entretanto, tal fato não impediu o prosseguimento do trabalho que apresentará as suas considerações finais no capítulo seguinte.

**POPULAÇÃO OCUPADA EM BELÉM DO PARÁ DISTRIBUÍDA
POR CLASSES DE RENDIMENTO NO TRABALHO PRINCIPAL**

Período Rendimento	1981				1983				1984				1986				1988			
	TOTAL (*)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100		
Ate 1/2 S.M.	10.13	7.42	7.42	7.57	6.83	11.10														
Mais de 1/2 a 1 S.M.	17.31	22.57	22.57	18.52	24.67	20.50														
Mais de 1 a 2 S.M.	31.89	26.90	26.90	25.54	25.43	26.62														
Mais de 2 a 5 S.M.	27.26	25.62	25.62	28.81	25.55	25.49														
Mais de 5 S.M.	11.95	15.49	15.49	16.20	16.71	14.50														
Sem Rendimento	1.46	2.00	2.00	3.35	0.81	1.80														

FONTE: PNAD - IBGE: 1981/83/84/86/1988

* Exclui os indivíduos sem declaração

**POPULAÇÃO OCUPADA EM BELO HORIZONTE DISTRIBUÍDA
POR CLASSES DE RENDIMENTO NO TRABALHO PRINCIPAL**

Período Rendimento	1981				1983				1984				1986				1988			
	TOTAL (*)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100		
Ate 1/2 S.M.	8.23	9.73	9.73	12.51	6.52	8.76														
Mais de 1/2 a 1 S.M.	15.42	21.57	21.57	22.80	22.91	22.83														
Mais de 1 a 2 S.M.	29.40	25.06	25.06	21.20	22.78	23.18														
Mais de 2 a 5 S.M.	30.04	25.38	25.38	25.87	28.91	26.26														
Mais de 5 S.M.	15.93	17.00	17.00	16.83	18.12	17.87														
Sem Rendimento	0.98	1.26	1.26	0.80	0.77	1.10														

FONTE: PNAD - IBGE: 1981/83/84/86/1988

* Exclui os indivíduos sem declaração

**POPULAÇÃO OCUPADA EM CURITIBA DISTRIBUÍDA
POR CLASSES DE RENDIMENTO NO TRABALHO PRINCIPAL**

Período Rendimento	1981				1983				1984				1986				1988			
	TOTAL (*)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100		
Ate 1/2 S.M.	5.42	4.21	4.21	4.75	2.23	2.03														
Mais de 1/2 a 1 S.M.	9.69	12.83	12.83	17.41	12.64	9.89														
Mais de 1 a 2 S.M.	30.45	27.30	27.30	23.82	26.27	27.05														
Mais de 2 a 5 S.M.	34.56	32.66	32.66	30.48	34.66	34.46														
Mais de 5 S.M.	15.47	18.63	18.63	20.06	21.80	23.72														
Sem Rendimento	4.41	4.37	4.37	3.48	2.40	2.85														

FONTE: PNAD - IBGE: 1981/83/84/86/1988

* Exclui os indivíduos sem declaração

**POPULAÇÃO OCUPADA EM FORTALEZA DISTRIBUÍDA
POR CLASSES DE RENDIMENTO NO TRABALHO PRINCIPAL**

Período Rendimento	1981				1983				1984				1986				1988			
	TOTAL (*)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100		
Ate 1/2 S.M.	16.61	16.61	16.61	15.58	11.43	18.40														
Mais de 1/2 a 1 S.M.	24.78	29.11	29.11	26.75	29.34	25.04														
Mais de 1 a 2 S.M.	28.60	23.93	23.93	22.95	23.02	24.64														
Mais de 2 a 5 S.M.	19.27	17.50	17.50	20.12	21.27	17.71														
Mais de 5 S.M.	9.04	10.70	10.70	11.62	13.48	11.76														
Sem Rendimento	1.67	2.15	2.15	2.99	1.45	2.44														

FONTE: PNAD - IBGE: 1981/83/84/86/1988

* Exclui os indivíduos sem declaração

**POPULAÇÃO OCUPADA EM PORTO ALEGRE DISTRIBUIDA
POR CLASSES DE RENDIMENTO NO TRABALHO PRINCIPAL**

Período Rendimento	1981	1983	1984	1986	1988
	100	100	100	100	100
TOTAL (*)	3.97	3.07	3.43	3.92	4.19
Ate 1/2 S.M.	9.55	11.92	12.87	12.00	11.30
Mais de 1/2 a 1 S.M.	29.01	27.76	26.13	24.74	29.33
Mais de 1 a 2 S.M.	37.23	35.09	34.36	35.73	32.09
Mais de 2 a 5 S.M.	18.73	20.59	21.66	21.65	21.59
Sem Rendimento	1.50	1.58	1.55	1.95	1.50

FONTE: PNAD - IBGE: 1981/83/84/86/1988

* Exclui os indivíduos sem declaração

**POPULAÇÃO OCUPADA EM RIO DE JANEIRO DISTRIBUIDA
POR CLASSES DE RENDIMENTO NO TRABALHO PRINCIPAL**

Período Rendimento	1981	1983	1984	1986	1988
	100	100	100	100	100
TOTAL (*)	7.16	7.60	8.47	5.68	5.12
Ate 1/2 S.M.	13.16	17.55	19.18	20.39	15.03
Mais de 1/2 a 1 S.M.	27.14	25.74	24.34	24.32	27.89
Mais de 1 a 2 S.M.	34.80	29.02	29.12	29.89	30.93
Mais de 2 a 5 S.M.	17.84	18.93	17.80	18.76	20.19
Sem Rendimento	0.90	1.15	1.08	0.96	0.84

FONTE: PNAD - IBGE: 1981/83/84/86/1988

* Exclui os indivíduos sem declaração

**POPULAÇÃO OCUPADA EM RECIFE DISTRIBUIDA
POR CLASSES DE RENDIMENTO NO TRABALHO PRINCIPAL**

Período Rendimento	1981	1983	1984	1986	1988
	100	100	100	100	100
TOTAL (*)	14.50	12.69	15.16	12.42	14.53
Ate 1/2 S.M.	18.49	22.04	20.66	23.42	21.31
Mais de 1/2 a 1 S.M.	30.91	27.38	26.09	25.91	26.47
Mais de 1 a 2 S.M.	23.83	23.06	23.62	24.30	22.56
Mais de 2 a 5 S.M.	10.37	11.96	11.57	11.59	14.08
Sem Rendimento	1.90	2.86	2.90	2.36	1.06

FONTE: PNAD - IBGE: 1981/83/84/86/1988

* Exclui os indivíduos sem declaração

**POPULAÇÃO OCUPADA EM SALVADOR DISTRIBUIDA
POR CLASSES DE RENDIMENTO NO TRABALHO PRINCIPAL**

Período Rendimento	1981	1983	1984	1986	1988
	100	100	100	100	100
TOTAL (*)	11.67	8.27	11.39	8.44	11.06
Ate 1/2 S.M.	15.88	19.63	19.58	24.48	21.96
Mais de 1/2 a 1 S.M.	26.24	23.92	20.62	19.35	20.58
Mais de 1 a 2 S.M.	27.65	27.47	27.19	27.50	24.09
Mais de 2 a 5 S.M.	17.18	19.21	19.40	19.06	20.71
Sem Rendimento	1.38	1.50	1.81	1.17	1.60

FONTE: PNAD - IBGE: 1981/83/84/86/1988

* Exclui os indivíduos sem declaração

**POPULAÇÃO OCUPADA EM SÃO PAULO DISTRIBUÍDA
POR CLASSES DE RENDIMENTO NO TRABALHO PRINCIPAL**

Período	1981	1983	1984	1986	1988
Rendimento	100	100	100	100	100
TOTAL (*)	100	100	100	100	100
Ate 1/2 S.M.	2.78	2.18	3.28	1.89	1.59
Mais de 1/2 a 1 S.M.	8.00	9.52	12.28	8.40	5.48
Mais de 1 a 2 S.M.	24.98	25.14	22.58	19.78	21.13
Mais de 2 a 5 S.M.	39.58	37.75	36.26	40.81	39.56
Mais de 5 S.M.	22.87	24.03	24.19	28.09	31.44
Sem Rendimento	1.79	1.37	1.40	1.02	0.80

FONTE: PNAD – IBGE: 1981/83/84/86/1988

* Exclui os indivíduos sem declaração

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como ponto introdutório para este trabalho fêz-se alusão ao desenvolvimento dos interesses acerca do tema aqui estudado na década de 80, informando o objetivo de fazer uma avaliação da "trajetória do mercado de trabalho das Regiões Metropolitanas brasileiras através de uma estudo exploratório dos seus principais aspectos". Neste capítulo serão colocadas de maneira mais objetiva as informações que se encontram "espalhadas" nas páginas precedentes. Para que isto ocorra satisfatoriamente, torna-se necessário primeiramente, "separar" estas considerações finais a nível de território nacional e regiões metropolitanas, para logo em seguida dar o "arremate final".

Durante a década de 80 observou-se no Brasil o crescimento da taxa de participação da população economicamente ativa com maior ênfase na faixa etária de "maior produtividade", levando a concluir que houve uma melhor "qualificação" da mão de obra decorrente do menor índice de inserção precária. Ao nível de gênero, observou-se no Brasil uma clara tendência a heterogeneização dos indivíduos ocupados em ritmo acelerado; as mulheres avançaram gradativamente na "conquista do seu espaço", sem recuar nos momentos de crise ou crescimento econômico. Todavia, os empregadores não corresponderam com o mesmo ânimo a esse "arrojo" feminino; apesar da taxa de ocupação (que toma como base a PIA) ter se elevado, a taxa de

desemprego aberto (baseada na PEA), oscilou de acordo com o quadro econômico do período, tendo durante toda a década apresentado uma redução de apenas 0,2 pontos percentuais. No que diz respeito a distribuição dos ocupados por ramo de atividade, as transformações ocorreram em níveis modestos, a exceção dos setores agrícola e de construção civil.

Ao nível de rendimento, nota-se que a população brasileira apresentou uma elevação significativa no percentual de ocupados com mais de 10 salários mínimos nominais, ao tempo em que reduziu a parcela de indivíduos com baixa remuneração elevando também as faixas médias. "Doce ilusão"; os dados sobre rendimento real fornecidos pela "Síntese da PNAD" mostram um crescimento de 7,5 pontos percentuais da parcela de indivíduos que ganham até 1 salário mínimo durante o período 81-88. Embora tenha ocorrido queda nos rendimentos reais, a população ocupada manteve o ritmo de trabalho no que diz respeito ao número de horas.

Analogamente ao verificado no território nacional, as regiões metropolitanas demonstraram, em níveis diferenciados, que a inserção da mão de obra feminina independe do espaço estudado, o que garante menores disparidades na estrutura do mercado de trabalho brasileiro, assegurando por sua vez que políticas sócio-econômicas ao nível de emprego carecem de poucas especificidades regionais. A falta de dados acerca do gênero para as taxas de ocupação e desemprego, impossibilitam um confronto entre as informações sobre o Brasil e RM's; entretanto, no total das regiões metropolitanas, crescem os

índices de ocupação durante a década em níveis superiores ao da taxa de informalização, garantindo a existência de mais empregos em atividades "formais" no período 81-88. No que tange ao desemprego aberto, as RM's não apresentaram uniformidade nas tendências, havendo variação negativa na TDES de Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo (2,8; 1,2; 0,2; 2,4; 0,1 e 2,2 respectivamente), com pouco crescimento da TDES de Belém do Pará (0,6), Fortaleza (1,0) e Recife (0,5).

Sob o ponto de vista do rendimento, que para as regiões metropolitanas apenas pode ser avaliado ao nível nominal, apresentou-se o mesmo comportamento verificado, também a nível nominal, para o Brasil. Visto que neste as informações da "Síntese da PNAD" demonstraram uma tendência absolutamente divergente, torna-se suspeita qualquer afirmação sobre melhores condições de vida da população ocupada nas diversas RM's.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Anna Lucia. MENDONÇA Carlos Eduardo. **A pequena produção nos países desenvolvidos: "setor informal" ou pequena empresa ?**, mimeo, FEA/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989.
- ALVES DE SOUZA, Guaraci A. **Urbanização e Fluxos Migratórios para Salvador, Bahia de Todos os Pobres**, Vozes/CEBRAP, pag. 103 a 128, Petrópolis, 1980.
- ARIAS, Alfonso Rodriguez. **Revisando a PNAD - Força de Trabalho à Luz dos Resultados Divulgados na Década dos 80 in PNAD's em Foco Anos 80**, SAWYER, Diana Oya (org), ABEP, Nova Friburgo, 1988.
- AVENA FILHO, Armando. **Emprego e Renda na Região Metropolitana de Salvador**, Salvador, 1983.
- AZEVEDO, Beatriz Regina. **Desemprego e Subemprego: algumas notas, O emprego no RGS: RAIS/PNAD/PME**, FEE, PAG. 9 a 23, Porto Alegre, 1985.
- _____. **Setor Informal e Formas de Participação na Produção**, Ensaios FEE, vol. 4, nº 2, pag. 185 a 194, Porto Alegre, 1984.
- _____. **Economia Informal: Uma Revolução em Marcha ?** Ensaios FEE, vol. 9, nº 1, pag. 136 a 140, Porto Alegre, 1988.
- _____. **Emprego, Desemprego e Subemprego: Uma Revisão da Literatura Crítica**, Ensaios FEE, vol. 6, nº 1, pag. 155 a 168, Porto Alegre, 1985.
- _____; VERGARA, Dulce Helena; TAGLIASSUCHI, Miran de Toni; **Indicadores de Emprego e Desemprego: uma avaliação das fontes**, Ensaios FEE, vol. 4, nº 1, pag. 111 a 150, Porto Alegre, 1983.
- BAHIA, Sec.Ind.Com. **O Gigante Invisível: Estudo sobre o Mercado Informal de Trabalho na Região Metropolitana de Salvador**, SIC, Salvador, 1983.
- BALTAR, P. GUIMARÇES NETO L. **Mercado de Trabalho e Crise**, ANPEC-PNPE, 1987.
- BELTRÃO, Kaizô Iwakami e BARRETO DE OLIVEIRA, Francisco Eduardo. **Uma Análise Comparativa de Alguns Resultados do Suplemento Previdência da PNAD - 83 e Dados da DATAPREV in PNAD's em Foco Anos 80**, SAWYER, Diana Oya (org), ABEP, Nova Friburgo, 1988.
- BRUSCHINI, Cristina. **Mulher e Trabalho: uma avaliação da**

década da mulher, Nobel/CECF, São Paulo, 1985.

- _____. **Tendências da força de trabalho feminina brasileira nos anos setenta e oitenta: algumas comparações regionais**, Textos FCC.1, FCC/DPE, São Paulo, 1990.
- _____. **Crescimento e Crise: o trabalho das brasileiras, paulistas e nordestinas, de 1970 a 1985**. Ciência e Cultura, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, vol. 2, nº 3/4, São Paulo, março-abril, 1990.
- CACCIAMALI, M^a Cristina. **Mudanças Estruturais na Produção e no Emprego no Brasil**, Tese de livre docência, São Paulo, 1988.
- _____. **As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda**, ANAIS ANPEC nº XVIII, vol.3, pag. 831 a 850, Brasília, 1990.
- _____. **Expansão do Mercado de Trabalho não Regulamentado e Setor Informal**, Estudos Econômicos (especial), nº 19, pag. 25 a 48, São Paulo, 1989.
- _____. **A estrutura regional de emprego no Brasil ao longo da década de 80: tendências a maior assalariamento**, ANAIS DA ANPEC no. XVI, nº 4, pag. 347 a 366, Belo Horizonte, 1986.
- _____. **Crescimento Econômico e Transformações Estruturais no Brasil**, mimeo, 1987.
- _____. **Emprego no Brasil Durante a Primeira Metade da Década de 80**, Merc. Trab. e Distrib. Renda, INPES/IPEA, 35, Rio de Janeiro, 1989.
- _____. **Setor Informal Urbano e Formas de Participação na Produção**, FIPE/USP, São Paulo, 1983.
- _____. **Relações entre Desemprego Aberto, Subemprego, e setor Informal em uma Economia de Industrialização Intermediária ao Longo do Ciclo Econômico**, ANAIS ANPEC, ANPEC, São Paulo, 1984.
- _____. **Emprego e Crise no Brasil in Brasil 1980: Os Desafios da Crise Econômica**, ROCCA, Carlos, et alli (org). IPE/USP São Paulo, 1988.
- CAMARANO, Ana Amélia. **PNAD: notas sobre sua utilização**, CES/IPLAN/IPEA, IPEA, Brasília, 1988.
- CAMARGO, José Márcio. **Informalização e renda no mercado de trabalho**, Merc. Trab. e Distr. Renda, IPEA/INPES, pag. 117 a 133, Rio de Janeiro, 1989.
- _____. **Brasil Ajuste Estructural e Distribucion de Ingresso**, Documentos de Trabajo, PREALC/OTI, Santiago, 1987.

- _____ ; LANDAU, E. Emprego, Salários e Distribuição de Renda. In **Perspectivas de Longo Prazo da Economia Brasileira**, IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1985.
- CASIMIRO, Liana M^a Carleial. **Observações sobre a concepção de integração do mercado de trabalho no Brasil**, Serie Textos para Discussão nº 78, UFCE/CAEN, Fortaleza, 1989.
- _____. **Acumulação Capitalista, Emprego e Crise: um estudo de caso**, IPE-USP, São Paulo, 1987.
- CAVALCANTI, Carlos Brandão. **Transferência de Recursos Externos e Substituição da Dívida Interna por Dívida Externa**. 12^o Prêmio BNDES de Economia, Rio de Janeiro, 1988.
- CAVACALTI, Clóvis. **Emprego, Produção e Renda no Setor Informal Urbano do Nordeste: o caso de Salvador**. Bahia, Estudos Econômicos, vol.11, nº 1, pag. 93 a 105, São Paulo, 1981.
- CHAHAD, J. P. LUQUEC. A. **Salário e Emprego no Brasil: notas de Pesquisa**, USP-IPE.Trab.p/ Discussão Int., USP-IPE/PNPE, nº 13, São Paulo, 1984.
- CHAHAD, J. P. Z. **O mercado de trabalho no Brasil: aspectos teóricos e evidências empíricas**, IPE/USP, São Paulo, 1986.
- COUTROT, Thomas J. L. **Sistema Urbano de Emprego e Informalidade no Brasil**, ANAIS da ANPEC nº. XVIII, Brasília, 1990.
- CUNHA, P. Vieira da. **A Organização dos Mercados de trabalho: três conceitos alternativos**, Rev. Administração de Empresas, São Paulo, 1979.
- FERNANDEZ, Frederico. **O Plano Cruzado e as Perspectivas de Emprego in Força de Trabalho e Emprego**. SINE/Ba, nº 6, pag. 3-8, Salvador, 1986.
- FLETCHER, Philip R. e RIBEIRO, Sérgio Costa. **A Educação na Estatística Nacional in PNAD's em Foco Anos 80**, SAWYER, Diana Oya (org), ABEP, Nova Friburgo, 1988.
- IBGE. **Metodologia da Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios na Década de 70**, IBGE, Rio de Janeiro, 1981.
- _____. **Indicadores Sociais: tabelas selecionadas**, IBGE, Rio de Janeiro, 1984.
- _____. **PNAD - Síntese de Indicadores da Pesquisa Básica da PNAD de 1981 a 1989**. IBGE, Rio de Janeiro, 1990.
- _____. **Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios - Brasil**. IBGE, Rio de Janeiro, vários anos.

- _____. **Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios - Regiões Metropolitanas.** IBGE, Rio de Janeiro, vários anos.
- IBGE/DEPARTAMENTO DE EMPREGO E RENDIMENTO. **Para Compreender a PNAD (um texto simplificado) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios,** Rio de Janeiro, 1991.
- INFANTE, Ricardo. **Ajuste dos Mercados de Trabalho Urbano e Desemprego,** mimeo, OIT, São Paulo, 1984.
- _____. **Caraterísticas Estruturais dos Mercados de Trabalho Urbanos,** ANAIS ANPEC, Vitória, 1985.
- JATOBÁ, Jorge. **Mercado de Trabalho e Crise: o caso do nordeste 1981-1983,** Encontro ABEP, nº V, Águas S. Pedro.
- LAGO, Aída C.G. Verdugo. **Avaliação das Histórias de Uniões do Suplemento de Fecundidade da PNAD-84 do Estado de São Paulo in PNAD's em Foco Anos 80,** SAWYER, Diana Oya (org), ABEP, Nova Friburgo, 1988.
- LANZANA, E. A. CACCIAMALI, M^a Cristina. **Emprego/Década de 80,** FIPE Informações, São Paulo, 1988.
- MACEDO, Roberto. GARCIA, Manuel H. **Salário Mínimo e Taxas de Salários no Brasil-comentário,** Pesquisa e Planejamento Econ., vol. 10, nº 3, pag. 1013 a 1044, Rio de Janeiro, 1980.
- MARTINE, George, CAMARANO, Ana Amélia, FLETCHER, Philip R. e NEUPERT, Ricardo. **A PNAD: Notas para uma avaliação in PNAD's em Foco Anos 80,** SAWYER, Diana Oya (org), ABEP, Nova Friburgo, 1988.
- MEDICI, André Cezar. **A Mensuração da Subjetividade: Notas sobre a Variável Renda nas PNAD's in PNAD's em Foco Anos 80,** SAWYER, Diana Oya (org), ABEP, Nova Friburgo, 1988.
- MEDINA, Ronaldo Lázaro. **Desemprego e Força de Trabalho: uma Avaliação Metodológica dos Conceitos Utilizados no Brasil in PNAD's em Foco Anos 80,** SAWYER, Diana Oya (org), ABEP, Nova Friburgo, 1988.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Brasil: Recomendações para a Formulação de Políticas de Emprego e Rendas,** Relatório Técnico, Brasília, 1985.
- MINISTERIO DEL TRABAJO/SECRETARIA DE PLANIFICACION Y PRESUPUESTO. **Manual metodológico del Empleo y Salarios.** Manáguas, 1986, pgs. 1-56.
- FLETCHER, Philip R. e RIBEIRO, Sérgio Costa. **A Educação na Estatística Nacional in PNAD's em Foco Anos 80,** SAWYER, Diana Oya (org), ABEP, Nova Friburgo, 1988.
- OLIVEIRA, Luiz antônio P. e SIMÕES, Celso Cardoso. **As**

Informações Sobre Fecundidade, Mortalidade e Anticoncepção nas PNAD's in **PNAD's em Foco Anos 80**, SAWYER, Diana Oya (org), ABEP, Nova Friburgo, 1988.

PERRONE, Fernando. A PNAD: formas de inserção da mão de obra no mercado de trabalho, **O emprego no RGS:RAIS/PNAD/PME**, FEE, pag. 85 a 118, Porto Alegre, 1985.

RIBEIRO, Rosa. A PNAD como Instrumento de Trabalho para o Estudo da Situação do Menor no Brasil in **PNAD's em Foco Anos 80**, SAWYER, Diana Oya (org), ABEP, Nova Friburgo, 1988.

ROMÃO, Maurício Costa. **Ajustamento Interno em uma Economia e seus Efeitos sobre a Distribuição de Renda: o caso brasileiro**, PIMES Texto p/ Discussão, UFPe/PIMES, 160, Recife, 1985.

_____. **Índices de Pobreza: alternativas, decomposição e usos com dados agregados**, Estudos Econômicos, vol. 12, nº 3, pag. 51 a 65, São Paulo, 1982.

SABÓIA, João L. M. **Considerações sobre a noção de integração do mercado de trabalho no Brasil**, ANAIS ANPEC no. XVI, vol. 4, pag. 401 a 420, Belo Horizonte, 1989.

_____. **Considerações sobre as Transformações no Mercado de Trabalho no Brasil Durante a Recessão - 1980/1983**, Texto Para Discussão, IEI/UFRJ, 69, Rio de Janeiro, 1985.

_____. **Transformações no Mercado de Trabalho no Brasil Durante a Crise 1981-1983**, Rev. de Economia Política, vol. 6, nº 3, São Paulo, 1986.

_____. **A Região Metropolitana do Rio de Janeiro na Década de 80. mercado de Trabalho, Distribuição de Renda e Pobreza**. Texto para Discussão, IEI/UFRJ, nº 259, Rio de Janeiro, 1991.

_____. **Dualismo ou Integração no Mercado de Trabalho ? A experiência recente da economia brasileira**. Texto para Discussão, IEI/UFRJ, nº 173, Rio de Janeiro, 1988.

SALM, Claudio. EICHENBERG S. Luiz. **Tendências de la Integracion del Mercado en el Trabajo Brasileno**, Revista de La CEPAL, Santiago, 1989.

SALM, Claudio et alli. **O mercado de trabalho brasileiro: estrutura e conjuntura**, MTb/IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987.

SEADE/DIEESE. **O subemprego na grande São Paulo segundo os principais enfoques e critérios de medição**, Estudos Especiais PED (Boletim), 19, São Paulo, 1985.

- SERRA, José. **A Crise Econômica e o Flagelo do Desemprego**, Rev. de Economia Política, vol. 4, nº 4, pag. 5 a 25, Rio de Janeiro, 1984.
- SINE-Ba. Considerações sobre o provável "esgotamento" do mercado informal In **Força de Trabalho e Emprego**, nº. 4, pag. 36 a 39, Salvador, 1985.
- SOUZA, Alberto de M. ET ALLI **Setor Informal: Origens, Características e Dimensões**, mimeo, FGV/IEAE, Rio de Janeiro, 1982.
- SOUZA, Paulo Renato. TOKMAN, Victor E. **El sector informal urbano en America Latina**, Rev. Internacional del Trabajo, vol. 94, nº 3, pag. 385 a 397, Genebra, 1976.
- _____. **Emprego e Renda na Pequena Produção Urbana no Brasil**, Estudos Econômicos, São Paulo, 1981.
- _____; TOKMAN Victor E. **Distribucion del Ingreso, Pobreza y Empleo en Areas Urbanas**, El Trimestre Economico, vol. 45, nº 179, pag. 737 a 766, México, 1978.
- _____; TOKMAN Victor E. **El Sector Informal Urbano In Sector Informal: funcionamiento y politicas**, PREALC/OTI, Santiago, 1976.
- SZMRECSÁNYI, Tamás e ALVES DE SOUZA, Guaraci. **População, Força de Trabalho e Emprego in Dinâmica da População. Teoria, Métodos e Técnicas de Análise**, SANTOS, Jair et alli (org). Salvador, 1986.
- TEIXEIRA, Francisco José. **Análise Crítica do Mercado de Trabalho de Fortaleza a Luz das Categorias de Trabalho Produtivo e Improdutivo**, ANAIS da ANPEC Nº XVI, Belo Horizonte, 1988.
- TOKMAN, Victor E. **El Sector Informal: quince anos despues**, El Trimestre Economico, vol. 54, nº 215, pag. 513 a 536, México, 1987.
- _____. **Las relaciones entre los sectores formal y informal**, Revista de La CEPAL, Santiago, 1978.
- WONG, Laura L. Rodriguez. **Avaliação das Informações sobre Fecundidade da PNAD-84 in PNAD's em Foco Anos 80**, SAWYER, Diana Oya (org), ABEP, Nova Friburgo, 1988.

ANEXO

POPULAÇÃO RESIDENTE DO BRASIL, DISTRIBUÍDA POR GÊNERO E FAIXA ETÁRIA

Anos	1981			1982			1983			1984			1985			1986			1987			1988				
	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3		
TOTAL*	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	
0 a 9 Anos	25.7	100	25.7	25.8	100	25.8	25.8	100	25.8	100	25.8	25.4	100	25.4	100	25.2	100	25.2	24.9	100	24.9	100	24.7	100	24.7	100
10 a 14 Anos	11.9	100	11.9	11.7	100	11.7	11.5	100	11.5	100	11.5	11.4	100	11.4	100	11.2	100	11.2	11.4	100	11.4	100	11.2	100	11.2	100
15 a 19 Anos	11.4	100	11.4	11.0	100	11.0	10.9	100	10.9	100	10.9	10.7	100	10.7	100	10.6	100	10.6	10.3	100	10.3	100	10.2	100	10.2	100
20 a 24 Anos	9.1	100	9.1	9.2	100	9.2	9.2	100	9.2	100	9.2	9.5	100	9.5	100	9.5	100	9.5	9.5	100	9.5	100	9.4	100	9.4	100
25 a 29 Anos	7.8	100	7.8	7.9	100	7.9	7.9	100	7.9	100	7.9	8.0	100	8.0	100	8.2	100	8.2	7.9	100	7.9	100	8.2	100	8.2	100
30 a 39 Anos	12.1	100	12.1	12.3	100	12.3	12.5	100	12.5	100	12.5	12.7	100	12.7	100	13.0	100	13.0	13.3	100	13.3	100	13.4	100	13.4	100
40 a 59 Anos	15.5	100	15.5	15.5	100	15.5	15.6	100	15.6	100	15.6	15.6	100	15.6	100	15.6	100	15.6	15.9	100	15.9	100	15.9	100	15.9	100
60 ou Mais	6.4	100	6.4	6.6	100	6.6	6.6	100	6.6	100	6.6	6.8	100	6.8	100	6.8	100	6.8	6.9	100	6.9	100	7.0	100	7.0	100
HOMENS*	100	49.6	49.6	100	49.6	100	49.6	100	49.6	100	49.6	100	49.6	100	49.6	100	49.6	100	49.2	100	49.2	100	49.1	100	49.1	100
0 a 9 Anos	26.3	50.7	13.0	26.4	50.7	13.1	26.5	50.9	13.1	26.5	50.9	26.1	50.9	12.9	50.9	26.0	51.2	12.9	25.5	50.5	12.6	49.2	100	25.4	50.5	12.5
10 a 14 Anos	12.0	50.2	6.0	12.1	50.9	6.0	11.7	50.4	5.8	11.6	50.5	11.6	50.5	5.7	50.4	11.4	50.4	5.6	11.6	50.2	5.7	50.5	100	11.5	50.4	5.6
15 a 19 Anos	11.5	50.1	5.7	11.1	49.8	5.5	11.0	50.1	5.5	10.8	50.2	10.8	50.2	5.4	50.4	10.6	49.8	5.3	10.4	49.7	5.1	49.3	100	10.2	49.3	5.0
20 a 24 Anos	9.1	49.2	4.5	9.1	48.8	4.5	9.1	49.0	4.5	9.4	49.1	9.4	49.1	4.7	49.3	9.3	48.9	4.6	9.6	49.7	4.7	48.9	100	9.4	48.9	4.6
25 a 29 Anos	7.6	48.0	3.8	7.6	47.9	3.8	7.7	48.2	3.8	7.9	48.6	7.9	48.6	3.9	48.4	8.0	48.4	4.0	7.8	48.3	3.8	47.9	100	8.0	47.9	3.9
30 a 39 Anos	11.9	48.7	5.9	12.2	49.1	6.1	12.3	48.9	6.1	12.5	49.1	12.5	48.8	6.2	49.1	12.8	49.1	6.4	13.0	48.2	6.4	48.4	100	13.2	48.4	6.5
40 a 59 Anos	15.5	49.4	7.7	15.3	49.1	7.6	15.4	48.8	7.6	15.4	48.8	15.4	48.8	7.6	48.8	15.4	48.8	7.6	15.6	48.4	7.7	48.7	100	15.8	48.7	7.8
60 ou Mais	6.2	47.4	3.1	6.3	47.6	3.1	6.3	47.8	3.1	6.4	46.9	6.4	46.9	3.2	46.9	6.4	46.9	3.2	6.5	46.5	3.2	46.0	100	6.6	46.0	3.2
MULHERES*	100	50.4	50.4	100	50.4	50.4	100	50.4	50.4	100	50.4	100	50.4	50.4	100	50.4	50.4	100	50.8	50.8	50.8	100	50.9	100	50.9	100
0 a 9 Anos	25.1	49.3	12.7	25.2	49.3	12.7	25.1	49.1	12.7	24.7	49.1	24.7	49.1	12.5	49.1	24.4	48.8	12.3	24.2	49.5	12.3	49.5	100	24.0	49.5	12.2
10 a 14 Anos	11.7	49.8	5.9	11.4	49.1	5.8	11.3	49.6	5.7	11.2	49.5	11.2	49.5	5.6	49.5	11.0	49.6	5.5	11.1	49.8	5.7	49.6	100	10.9	49.6	5.5
15 a 19 Anos	11.2	49.9	5.7	11.0	50.2	5.5	10.8	49.9	5.4	10.6	49.8	10.6	49.8	5.3	50.2	10.5	50.2	5.3	10.2	50.3	5.2	50.7	100	10.1	50.7	5.2
20 a 24 Anos	9.2	50.8	4.6	9.4	51.2	4.7	9.3	51.0	4.7	9.6	50.9	9.6	50.9	4.8	51.1	9.6	51.1	4.8	9.4	50.3	4.8	49.9	100	9.4	51.1	4.8
25 a 29 Anos	8.1	52.0	4.1	8.1	52.1	4.1	8.2	51.8	4.1	8.2	51.4	8.2	51.4	4.1	51.6	8.4	51.6	4.2	8.1	51.7	4.1	51.1	100	8.4	51.1	4.1
30 a 39 Anos	12.3	51.3	6.2	12.4	50.9	6.3	12.7	51.1	6.4	12.8	51.2	12.8	51.2	6.5	50.9	13.1	50.9	6.6	13.5	51.8	6.9	51.6	100	13.6	51.6	6.9
40 a 59 Anos	15.6	50.6	7.9	15.7	50.9	7.9	15.8	51.2	8.0	15.8	51.1	15.8	51.1	8.0	51.2	15.9	51.2	8.0	16.1	51.6	8.2	51.3	100	16.0	51.3	8.2
60 ou Mais	6.7	52.6	3.4	6.8	52.4	3.4	6.8	52.2	3.4	7.1	53.1	7.1	53.1	3.6	53.1	7.1	53.1	3.6	7.3	53.5	3.7	54.0	100	7.5	54.0	3.8

FONTE: PNAD/IBGE, 1981 a 1988

* Excluem os indivíduos sem declaração.

POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA DO BRASIL, DISTRIBUÍDA POR GÊNERO E IDADE
1981 a 1988

Anos	1981			1982			1983			1984			1985			1986			1987			1988				
	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3		
TOTAL*	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	
10 a 14 Anos	16.0	100	16.0	15.8	100	15.8	15.5	100	15.2	100	15.2	15.0	100	15.1	100	15.1	100	15.1	100	14.9	100	14.9	100	14.9	100	15.0
15 a 19 Anos	15.3	100	15.3	14.9	100	14.9	14.7	100	14.4	100	14.4	14.1	100	13.8	100	13.8	100	13.8	100	13.5	100	13.5	100	13.5	100	13.3
20 a 24 Anos	12.3	100	12.3	12.4	100	12.4	12.4	100	12.8	100	12.8	12.6	100	12.6	100	12.6	100	12.6	100	12.5	100	12.5	100	12.5	100	12.1
25 a 29 Anos	10.5	100	10.5	10.6	100	10.6	10.7	100	10.7	100	10.8	11.0	100	11.0	100	10.6	100	10.6	100	10.8	100	10.8	100	10.8	100	10.7
30 a 39 Anos	16.3	100	16.3	16.6	100	16.6	16.9	100	17.0	100	17.0	17.3	100	17.3	100	17.6	100	17.6	100	17.8	100	17.8	100	17.8	100	17.9
40 a 59 Anos	20.9	100	20.9	20.9	100	20.9	21.0	100	20.9	100	20.9	20.9	100	20.9	100	21.1	100	21.1	100	21.1	100	21.1	100	21.1	100	21.4
60 ou Mais	8.7	100	8.7	8.8	100	8.8	8.9	100	9.1	100	9.1	9.1	100	9.1	100	9.2	100	9.2	100	9.4	100	9.4	100	9.4	100	9.5
HOMENS*	100	49.2	49.2	100	49.2	49.2	100	49.1	49.1	100	49.1	49.1	100	49.0	49.0	48.8	48.8	48.8	100	49.1	49.1	100	49.1	100	49.1	49.1
10 a 14 Anos	16.3	50.2	8.0	16.4	50.9	8.1	16.0	50.4	7.7	50.5	7.7	15.4	50.4	7.6	50.4	7.6	50.2	7.6	15.4	50.4	7.5	15.4	50.4	7.5	15.6	50.2
15 a 19 Anos	15.6	50.1	7.7	15.0	49.8	7.4	14.8	50.1	7.4	50.2	7.2	14.3	49.8	7.0	49.7	6.8	49.7	6.8	13.7	49.3	6.7	13.7	49.3	6.7	13.7	50.1
20 a 24 Anos	12.3	49.2	6.0	12.3	48.8	6.1	12.1	49.0	6.1	49.1	6.3	12.6	48.9	6.2	48.9	6.3	49.7	6.3	12.6	48.9	6.1	12.1	48.4	5.9	12.1	48.4
25 a 29 Anos	10.3	48.0	5.1	10.3	47.9	5.1	10.1	48.2	5.1	48.6	5.2	10.8	48.4	5.3	48.3	5.1	48.3	5.1	10.7	47.9	5.2	10.6	48.0	5.2	10.6	48.0
30 a 39 Anos	16.1	48.7	7.9	16.6	49.1	8.2	16.2	48.9	8.2	48.8	8.3	17.4	49.1	8.5	48.2	8.5	48.2	8.5	17.7	48.4	8.6	17.7	48.4	8.6	17.7	48.0
40 a 59 Anos	21.0	49.4	10.3	20.8	49.1	10.2	20.4	48.8	10.2	48.9	10.2	20.8	48.8	10.2	48.4	10.2	48.4	10.2	21.1	48.7	10.3	21.3	48.5	10.4	21.3	48.5
60 ou Mais	8.4	47.4	4.1	8.5	47.6	4.2	8.4	47.8	4.3	46.9	4.3	8.7	46.9	4.2	46.5	4.3	46.5	4.3	8.8	46.0	4.3	9.0	45.8	4.4	9.0	45.8
MULHERES*	100	50.8	50.4	100	50.8	50.8	100	50.9	50.9	100	50.9	50.9	100	51.0	51.0	51.2	51.2	51.2	100	50.9	50.9	100	50.9	100	50.9	50.9
10 a 14 Anos	11.7	49.8	5.9	15.3	49.1	7.8	15.1	49.6	7.5	49.5	7.5	14.6	49.6	5.5	49.6	5.5	49.8	5.5	10.9	49.6	5.5	11.2	49.8	5.7	11.2	49.8
15 a 19 Anos	11.2	49.9	5.7	14.7	50.2	7.5	14.4	49.9	7.3	49.8	7.2	13.9	50.2	5.3	50.3	6.9	50.3	6.9	10.1	50.7	5.2	9.9	49.9	5.1	9.9	49.9
20 a 24 Anos	9.2	50.8	4.6	12.5	51.2	6.4	12.5	51.0	6.3	50.9	6.5	12.7	51.1	4.8	50.3	6.3	50.3	6.3	9.4	51.1	4.8	9.3	51.6	4.7	9.3	51.6
25 a 29 Anos	8.1	52.0	4.1	10.9	52.1	5.5	10.9	51.8	5.5	51.4	5.5	11.1	51.6	4.2	51.7	5.5	51.7	5.5	8.4	52.1	4.3	8.3	52.0	4.2	8.3	52.0
30 a 39 Anos	12.3	51.3	6.2	16.6	50.9	8.4	16.9	51.1	8.6	51.2	8.7	17.3	50.9	6.6	51.8	9.1	51.8	9.1	13.6	51.6	6.9	13.9	52.0	7.1	13.9	52.0
40 a 59 Anos	15.6	50.6	7.9	20.9	50.9	10.6	21.1	51.2	10.7	51.1	10.7	21.0	51.2	8.0	51.6	10.9	51.6	10.9	16.0	51.3	8.2	16.5	51.5	8.4	16.5	51.5
60 ou Mais	6.7	52.6	3.4	9.1	52.4	4.6	9.1	52.2	4.6	53.1	4.8	9.4	53.1	3.6	53.5	4.9	53.5	4.9	7.5	54.0	3.8	7.7	54.2	3.9	7.7	54.2

FONTE: PNAD/IBGE: 1981 a 1988.
* Excluem os indivíduos sem declaração.

POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA DO BRASIL, DISTRIBUÍDA POR GÊNERO E IDADE
1981 a 1988

Anos Gênero-Idade	1981			1982			1983			1984			1985			1986			1987			1988					
	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3			
TOTAL*	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100		
10 a 19 Anos	31.3	100	31.3	30.7	100	30.7	30.2	100	30.2	29.6	100	29.6	27.4	100	27.4	28.9	100	28.9	28.4	100	28.4	28.4	100	28.4	100	28.4	
20 a 39 Anos	39.1	100	39.1	39.6	100	39.6	40.0	100	40.0	40.5	100	40.5	38.6	100	38.6	40.8	100	40.8	41.2	100	41.2	40.7	100	40.7	100	40.7	
40 ou Mais	29.6	100	29.6	29.7	100	29.7	29.9	100	29.9	30.0	100	30.0	28.2	100	28.2	30.3	100	30.3	30.5	100	30.5	30.9	100	30.9	100	30.9	
HOMENS*	100	49.2	49.2	100	49.2	49.2	100	49.1	49.1	100	49.1	49.1	100	49.0	49.0	100	48.8	48.8	100	48.7	48.7	100	48.5	48.5	100	48.5	
10 a 19 Anos	31.9	50.2	15.7	31.4	50.4	15.3	30.9	50.2	15.2	30.3	50.3	14.9	29.7	50.1	14.6	29.6	50.0	50.0	29.6	49.9	49.9	29.3	50.1	49.9	100	50.1	14.2
20 a 39 Anos	38.7	48.7	19.0	39.2	48.7	19.1	39.6	48.7	19.5	40.3	48.9	19.8	40.8	48.9	20.0	40.7	48.7	48.7	40.9	48.4	48.4	40.4	48.1	48.4	100	48.1	19.6
40 ou Mais	29.4	48.8	14.4	29.4	48.6	14.3	29.5	48.5	14.5	29.4	48.3	14.5	29.5	48.2	14.4	29.7	47.8	47.8	30.0	47.9	47.9	30.3	47.6	47.9	100	47.6	14.7
MULHERES*	100	50.8	50.8	100	50.8	50.8	100	50.9	50.9	100	50.9	50.9	100	51.0	51.0	100	51.2	51.2	100	51.3	51.3	100	51.5	51.5	100	51.5	
10 a 19 Anos	30.7	49.8	15.6	29.9	49.6	15.0	29.5	49.8	15.0	28.6	49.7	14.7	28.5	49.9	14.5	28.2	50.0	50.0	27.7	50.1	50.1	27.5	49.9	49.9	100	49.9	14.1
20 a 39 Anos	39.5	51.3	20.1	40.0	51.3	20.1	40.3	51.3	20.5	39.1	51.1	20.7	41.1	51.1	20.9	40.9	51.3	51.3	41.3	51.6	51.6	41.0	51.9	51.9	100	51.9	21.1
40 ou Mais	29.8	51.2	15.1	30.1	51.4	15.1	30.2	51.5	15.4	29.3	51.7	15.5	30.4	51.8	15.5	30.9	52.2	52.2	31.0	52.1	52.1	31.5	52.4	52.4	100	52.4	16.2

FONTE: PNAD/IBGE: 1981 a 1988.

* Excluem os indivíduos sem declaração.

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DO BRASIL, DISTRIBUÍDA POR GÊNERO E IDADE
1981 a 1988

Anos Gênero-idade	1981			1982			1983			1984			1985			1986			1987			1988			
	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	
TOTAL*	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	
10 a 14 Anos	5.8	100	5.8	5.9	100	5.9	5.2	100	5.1	100	5.1	5.2	100	5.2	100	5.1	5.1	100	4.9	100	4.9	4.9	100	4.9	
15 a 19 Anos	15.6	100	15.6	15.2	100	15.2	14.8	100	14.4	100	14.4	14.5	100	14.5	100	14.0	14.0	100	13.6	100	13.6	13.4	100	13.4	
20 a 24 Anos	15.8	100	15.8	15.7	100	15.7	15.9	100	16.4	100	16.4	16.0	100	16.0	100	16.2	16.2	100	15.9	100	15.9	15.4	100	15.4	
25 a 29 Anos	13.5	100	13.5	13.5	100	13.5	13.8	100	13.8	100	14.0	14.1	100	14.1	100	13.5	13.5	100	13.8	100	13.8	13.8	100	13.8	
30 a 39 Anos	21.1	100	21.1	21.5	100	21.5	22.0	100	22.2	100	22.2	22.6	100	22.6	100	23.0	23.0	100	23.2	100	23.2	23.3	100	23.3	
40 a 59 Anos	23.9	100	23.9	23.7	100	23.7	23.9	100	23.6	100	23.6	23.3	100	23.3	100	23.8	24.1	100	24.1	100	24.1	24.6	100	24.6	
60 ou Mais	4.3	100	4.3	4.5	100	4.5	4.3	100	4.3	100	4.3	4.3	100	4.3	100	4.2	4.2	100	4.6	100	4.6	4.6	100	4.6	
HOMENS*	100	68.7	68.7	100	67.8	67.8	100	67.0	67.0	100	66.9	66.9	100	66.5	66.5	100	66.2	66.2	100	66.2	100	66.2	100	64.9	64.9
10 a 14 Anos	5.8	68.5	4.0	6.1	69.7	4.1	5.3	68.4	5.2	67.8	3.5	5.4	68.8	5.4	68.8	3.6	3.6	68.4	5.2	69.8	3.5	5.2	68.4	5.1	68.4
15 a 19 Anos	14.7	64.7	10.1	14.4	64.2	9.8	14.1	63.9	13.7	63.7	9.2	13.8	63.5	13.8	63.5	9.2	13.6	64.0	13.2	63.1	9.0	13.2	63.2	13.2	63.9
20 a 24 Anos	15.1	66.0	10.4	15.1	65.2	10.2	15.3	64.4	10.3	64.4	10.5	15.3	63.8	15.3	63.8	10.2	15.7	64.0	15.3	62.8	10.4	15.3	62.8	10.0	62.1
25 a 29 Anos	13.3	67.6	9.1	13.2	66.3	9.0	13.6	65.9	9.1	66.1	9.2	13.8	65.3	13.8	65.3	9.2	13.4	65.4	13.5	64.1	8.9	13.5	63.5	13.5	63.5
30 a 39 Anos	21.0	68.5	14.4	21.3	67.3	14.4	21.8	66.3	14.6	66.2	14.7	22.3	65.4	22.3	65.4	14.8	22.4	64.4	22.5	63.4	14.8	22.5	63.4	14.7	63.1
40 a 59 Anos	25.1	72.0	17.2	24.6	70.2	16.7	24.8	69.4	16.6	69.3	16.4	24.2	69.0	24.2	68.1	16.2	24.5	68.1	24.8	67.3	16.2	24.8	25.2	25.2	66.5
60 ou Mais	5.1	80.4	3.5	5.3	79.8	3.6	5.1	79.0	3.4	79.4	3.4	5.1	79.3	5.1	80.3	3.4	5.2	80.3	5.5	78.1	3.4	5.5	5.6	5.6	78.7
MULHERES*	100	31.3	31.3	100	32.2	32.2	100	33.0	33.0	100	33.1	33.1	100	33.5	33.5	100	33.8	33.8	100	34.7	100	34.7	100	35.1	35.1
10 a 14 Anos	5.8	31.5	1.8	5.6	30.3	1.8	5.0	31.6	5.0	32.2	1.7	4.8	31.2	4.8	31.6	1.6	4.8	31.6	4.2	30.2	1.5	4.2	4.4	4.4	31.6
15 a 19 Anos	17.6	35.3	5.5	16.9	35.8	5.5	16.2	36.1	5.3	36.3	5.2	15.7	36.5	15.7	36.0	5.1	14.9	36.0	14.5	36.9	5.0	14.5	13.8	13.8	36.1
20 a 24 Anos	17.2	34.0	5.4	16.9	34.8	5.5	17.2	35.6	5.7	35.6	5.8	17.2	36.2	17.3	36.0	5.8	17.3	36.0	17.0	37.2	5.9	17.0	16.6	16.6	37.9
25 a 29 Anos	14.0	32.4	4.4	14.1	33.7	4.6	14.2	34.1	4.7	33.9	4.7	14.6	34.7	14.6	34.6	4.7	13.8	34.6	14.2	35.9	4.9	14.2	14.4	14.4	36.5
30 a 39 Anos	21.2	31.5	6.6	21.7	32.7	7.0	22.5	33.7	7.4	33.8	7.5	23.3	34.6	23.3	35.6	8.2	24.3	35.6	24.4	36.6	8.5	24.4	24.5	24.5	36.9
40 a 59 Anos	21.4	28.0	6.7	21.9	29.8	7.1	22.1	30.6	7.3	30.7	7.3	21.6	31.0	21.6	31.9	7.6	22.5	31.9	22.7	32.7	7.9	22.7	23.5	23.5	33.5
60 ou Mais	2.7	19.6	0.8	2.8	20.2	0.9	2.7	21.0	0.9	20.6	0.9	2.7	20.7	2.7	19.7	0.8	2.5	19.7	2.9	21.9	0.8	2.9	2.8	2.8	21.3

FONTE: PNAD/IBGE: 1981 a 1988.

* Excluem os indivíduos sem declaração.

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DO BRASIL, DISTRIBUÍDA POR GÊNERO E IDADE
1981 a 1988

Anos Gênero-Idade	1981			1982			1983			1984			1985			1986			1987			1988		
	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3
TOTAL*	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
10 a 19 Anos	21.4	100	21.4	21.1	100	21.1	20.0	100	20.0	19.5	100	19.5	19.7	100	19.7	19.1	100	19.1	18.5	100	18.5	18.2	100	18.2
20 a 39 Anos	50.4	100	50.4	50.7	100	50.7	51.8	100	51.8	52.6	100	52.6	52.7	100	52.7	52.8	100	52.8	52.9	100	52.9	52.5	100	52.5
40 ou Mais	28.2	100	28.2	28.2	100	28.2	28.2	100	28.2	27.9	100	27.9	27.7	100	27.7	28.1	100	28.1	28.6	100	28.6	29.3	100	29.3
HOMENS*	100	68.7	68.7	100	67.8	67.8	100	67.0	67.0	66.9	100	66.9	66.5	100	66.5	66.2	100	66.2	65.3	100	65.3	64.9	100	64.9
10 a 19 Anos	20.4	65.7	14.0	20.5	65.7	13.9	19.5	65.1	13.0	18.9	64.8	12.6	19.2	64.9	12.8	18.8	65.2	12.5	18.4	64.9	12.0	18.3	65.1	11.9
20 a 39 Anos	49.4	67.5	34.0	49.7	66.4	33.6	50.7	65.6	34.0	51.6	65.6	34.5	51.4	64.9	34.2	51.5	64.5	34.1	51.3	63.4	33.5	50.9	62.9	33.0
40 ou Mais	30.1	73.3	20.7	29.8	71.7	20.2	29.8	70.9	20.0	29.6	70.8	19.8	29.4	70.6	19.5	29.7	70.0	19.6	30.3	69.0	19.8	30.8	68.4	20.0
MULHERES*	100	31.3	31.3	100	32.2	32.2	100	33.0	33.0	33.1	100	33.1	33.5	100	33.5	33.8	100	33.8	34.7	100	34.7	35.1	100	35.1
10 a 19 Anos	23.5	34.3	7.3	22.5	34.3	7.2	21.2	34.9	7.0	20.8	35.2	6.9	20.6	35.1	6.9	19.7	34.8	6.7	18.7	35.1	6.5	18.1	34.9	6.4
20 a 39 Anos	52.4	32.5	16.4	52.8	33.6	17.0	53.9	34.4	17.8	54.6	34.4	18.1	55.1	35.1	18.5	55.4	35.5	18.7	55.7	36.6	19.3	55.5	37.1	19.5
40 ou Mais	24.2	26.7	7.6	24.7	28.3	8.0	24.9	29.1	8.2	24.6	29.2	8.1	24.3	29.4	8.1	24.9	30.0	8.4	25.6	31.0	8.9	26.4	31.6	9.2

FONTE: PNAD/IBGE 1981 a 1988.

* Excluem os indivíduos sem declaração.

POPULAÇÃO OCUPADA DO BRASIL, DISTRIBUÍDA POR GÊNERO E IDADE

Anos	1981			1982			1983			1984			1985			1986			1987			1988			
	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	
TOTAL*	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
10 a 14 Anos	5.8	100	5.8	5.9	100	5.9	5.2	100	5.1	100	5.1	5.2	100	5.1	100	5.1	100	5.1	4.8	100	4.8	100	4.8	100	4.8
15 a 19 Anos	14.9	100	14.9	14.6	100	14.6	14.2	100	13.8	100	13.8	14.0	100	13.7	100	13.7	100	13.7	13.2	100	13.2	100	13.2	100	13.2
20 a 24 Anos	15.3	100	15.3	15.2	100	15.2	15.4	100	15.4	100	15.4	15.5	100	15.5	100	15.5	100	15.4	15.4	100	15.4	100	15.4	100	15.4
25 a 29 Anos	13.5	100	13.5	13.5	100	13.5	13.7	100	13.7	100	13.9	13.9	100	14.1	100	14.1	100	13.5	13.7	100	13.7	100	13.7	100	13.7
30 a 39 Anos	21.4	100	21.4	21.8	100	21.8	22.4	100	22.4	100	22.6	22.9	100	22.9	100	22.9	100	23.3	23.5	100	23.5	100	23.5	100	23.5
40 a 59 Anos	24.6	100	24.6	24.4	100	24.4	24.6	100	24.6	100	24.3	23.9	100	23.9	100	24.2	100	24.2	24.6	100	24.6	100	24.6	100	24.6
60 ou Mais	4.5	100	4.5	4.6	100	4.6	4.5	100	4.5	100	4.5	4.4	100	4.4	100	4.4	100	4.3	4.7	100	4.7	100	4.7	100	4.8
HOMENS*	100	68.8	68.8	100	67.8	67.8	100	67.0	67.0	100	67.0	67.0	100	66.6	100	66.3	100	66.3	100	65.4	100	65.4	100	65.1	65.1
10 a 14 Anos	5.7	68.2	3.9	6.1	69.6	4.1	5.3	68.0	5.2	67.8	3.5	5.4	66.6	5.4	66.6	5.2	66.3	5.2	5.2	69.8	3.4	65.4	3.4	65.1	65.1
15 a 19 Anos	14.0	64.6	9.6	13.8	64.1	9.4	13.6	63.9	9.1	63.7	8.8	13.4	63.4	8.8	63.4	8.8	63.4	8.8	12.8	69.8	8.4	65.4	8.4	68.5	68.5
20 a 24 Anos	14.7	65.9	10.1	14.6	65.2	9.9	14.8	64.2	9.9	64.7	10.2	15.0	64.7	10.0	64.3	10.2	64.3	10.2	14.9	63.4	9.7	63.1	9.7	62.5	62.5
25 a 29 Anos	13.3	67.7	9.2	13.2	66.4	9.0	13.5	66.0	9.0	66.3	9.2	13.8	66.3	9.2	65.5	9.2	65.5	9.2	13.5	64.3	8.8	63.4	8.8	62.5	62.5
30 a 39 Anos	21.4	68.5	14.7	21.6	67.2	14.7	22.2	66.3	14.9	66.2	15.0	22.5	66.2	15.0	64.4	15.0	64.4	15.0	22.8	63.5	14.9	63.1	14.9	63.1	63.1
40 a 59 Anos	25.7	71.9	17.7	25.2	70.2	17.1	25.4	69.2	17.0	69.1	16.8	24.7	69.1	16.4	68.1	16.5	68.1	16.5	25.3	67.2	16.5	66.5	16.5	66.5	66.5
60 ou Mais	5.2	80.3	3.6	5.4	79.7	3.7	5.3	79.0	3.6	79.3	3.5	5.3	79.3	3.5	80.3	3.5	80.3	3.5	5.6	78.0	3.7	78.7	3.7	78.7	78.7
MULHERES*	100	31.2	31.2	100	32.2	32.2	100	33.0	33.0	100	33.0	33.0	100	33.4	100	33.7	100	33.7	100	34.6	100	34.6	100	34.9	34.9
10 a 14 Anos	5.9	31.8	1.8	5.6	30.4	1.8	5.1	32.0	1.7	47.5	1.7	4.9	31.3	1.6	33.4	1.6	33.7	1.6	4.2	30.2	1.5	34.6	1.5	68.5	68.5
15 a 19 Anos	16.9	35.4	5.3	16.3	35.9	5.2	15.5	36.1	5.1	56.9	5.0	15.2	36.3	5.1	33.4	4.9	33.7	5.1	14.0	36.6	4.8	36.6	4.8	64.3	64.3
20 a 24 Anos	16.7	34.1	5.2	16.4	34.8	5.3	16.7	35.8	5.5	54.5	5.6	16.7	35.9	5.6	34.5	5.7	35.7	5.7	16.5	36.9	5.7	36.9	5.7	62.5	62.5
25 a 29 Anos	14.0	32.3	4.4	14.1	33.6	4.5	14.1	34.0	4.7	50.9	4.7	14.5	34.4	4.8	34.5	4.7	34.5	4.7	14.2	35.7	4.9	35.7	4.9	63.6	63.6
30 a 39 Anos	21.6	31.5	6.7	22.2	32.8	7.1	22.9	33.7	7.6	51.1	7.6	23.2	34.6	7.9	35.6	7.9	35.6	8.3	24.8	36.5	8.6	36.5	8.6	63.1	63.1
40 a 59 Anos	22.1	28.1	6.9	22.6	29.8	7.3	22.9	30.8	7.6	44.6	7.5	22.2	31.1	7.4	31.9	7.7	31.9	7.7	23.4	32.8	8.1	32.8	8.1	66.5	66.5
60 ou Mais	2.8	19.7	0.9	2.9	20.3	0.9	2.9	21.0	0.9	26.1	0.9	2.8	20.8	0.9	19.7	0.9	19.7	0.9	3.0	22.0	1.0	22.0	1.0	78.7	78.7

FONTE: PNAD/IBGE: 1981 a 1988.

* Excluem os indivíduos sem declaração.

POPULAÇÃO OCUPADA DO BRASIL, DISTRIBUÍDA POR GÊNERO E IDADE

Anos Gênero-Idade	1981			1982			1983			1984			1985			1986			1987			1988		
	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3
TOTAL*	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
10 a 19 Anos	20.7	100	20.7	20.5	100	20.5	19.4	100	19.4	100	19.4	19.0	100	19.2	100	18.7	100	18.7	100	18.0	100	18.0	100	17.7
20 a 39 Anos	50.3	100	50.3	50.5	100	50.5	51.5	100	52.3	100	52.3	52.3	100	52.5	100	52.7	100	52.7	100	52.6	100	52.6	100	52.3
40 ou Mais	29.0	100	29.0	29.0	100	29.0	29.1	100	28.8	100	28.8	28.8	100	28.3	100	28.3	100	28.6	100	29.4	100	29.4	100	30.0
HOMENS*	100	68.8	68.8	100	67.8	67.8	100	67.0	67.0	100	67.0	67.0	100	66.6	100	66.6	100	66.3	100	65.4	100	65.4	100	65.1
10 a 19 Anos	19.7	65.6	13.6	19.9	65.7	13.5	18.9	65.0	18.3	64.8	12.3	18.7	65.0	12.5	18.5	12.2	17.9	12.2	17.9	18.0	65.1	11.7	17.8	65.4
20 a 39 Anos	49.4	67.5	34.0	49.5	66.4	33.5	50.4	65.6	33.8	65.8	34.4	51.3	65.1	34.2	51.4	34.1	51.1	34.1	51.1	52.6	63.6	33.5	50.6	63.0
40 ou Mais	30.9	73.2	21.3	30.6	71.7	20.8	30.7	70.8	20.6	70.7	20.3	30.0	70.5	20.0	30.1	20.0	30.9	20.0	30.9	29.4	68.9	20.2	31.6	68.4
MULHERES*	100	31.2	31.2	100	32.2	32.2	100	33.0	33.0	100	33.0	33.0	100	33.4	100	33.4	100	33.7	100	34.6	100	34.6	100	34.9
10 a 19 Anos	22.8	34.4	7.1	21.9	34.3	7.0	2.1	35.0	6.8	20.2	35.2	6.7	20.1	35.0	6.7	19.3	34.7	6.5	18.2	34.9	6.3	17.5	34.6	6.1
20 a 39 Anos	52.3	32.5	16.3	52.7	33.6	17.0	5.4	34.4	17.7	54.3	34.2	17.9	54.9	34.9	18.3	55.2	35.3	18.6	55.4	36.4	19.2	55.3	37.0	19.3
40 ou Mais	24.9	26.8	7.8	25.5	28.3	8.2	2.6	29.2	8.5	25.5	29.3	8.4	25.0	29.5	8.4	25.5	30.1	8.6	26.4	31.1	9.1	27.2	31.6	9.5

FONTE: PNAD/IBGE: 1981 a 1988.

* Excluem os indivíduos sem declaração.

PESSOAS OCUPADAS NO BRASIL DISTRIBUÍDAS POR ANOS DE ESTUDO E RENDIMENTO MENSAL MEDIO
1981 a 1988

Anos	1981			1982			1983			1984			1985			1986			1987			1988			
	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	
Ate 1/2 S.M.	13.5	100	13.5	15.6	100	15.6	14.6	100	13.8	100	12.4	100	12.6	100	12.6	8.7	100	8.7	100	11.0	100	11.0	100	11.0	100
Mais 1/2 a 1 S.M.	16.8	100	16.8	21.5	100	21.5	19.6	100	19.9	100	20.7	100	19.8	100	19.8	19.3	100	19.3	100	15.4	100	15.4	100	15.4	100
Mais de 1 a 2 S.M.	25.8	100	25.8	24.6	100	24.6	23.3	100	23.4	100	22.6	100	22.6	100	22.6	22.7	100	22.7	100	23.2	100	23.2	100	23.2	100
Mais de 2 a 5 S.M.	23.2	100	23.2	19.0	100	19.0	21.2	100	21.3	100	22.4	100	22.0	100	22.0	26.2	100	26.2	100	27.3	100	27.3	100	27.3	100
Mais 5 a 10 S.M.	6.8	100	6.8	5.8	100	5.8	7.4	100	7.6	100	7.7	100	8.3	100	8.3	9.2	100	9.2	100	8.7	100	8.7	100	8.7	100
Mais de 10 S.M.	3.7	100	3.7	3.0	100	3.0	4.1	100	4.4	100	4.4	100	5.0	100	5.0	6.2	100	6.2	100	6.2	100	6.2	100	6.2	100
Sem Rendimento	10.1	100	10.1	10.6	100	10.6	9.8	100	9.7	100	9.8	100	9.7	100	9.7	7.8	100	7.8	100	8.2	100	8.2	100	8.2	100
SEM INS. a 8 ANOS	100	69.2	69.2	100	82.8	82.8	100	82.8	81.7	81.7	80.8	80.8	80.1	80.1	80.1	79.1	79.1	79.1	79.1	78.4	78.4	78.4	78.4	78.4	78.4
Ate 1/2 S.M.	19.1	97.5	13.2	18.4	97.4	15.2	17.4	97.3	14.2	97.3	14.7	96.3	11.9	15.4	98.0	12.3	10.8	98.1	12.3	10.8	13.5	13.5	13.5	13.5	13.5
Mais 1/2 a 1 S.M.	22.7	93.4	15.7	24.1	92.9	19.9	22.0	91.7	18.0	91.7	23.6	91.9	19.0	22.9	92.6	18.3	22.5	92.5	18.3	22.5	17.8	18.2	17.8	18.2	17.8
Mais de 1 a 2 S.M.	27.6	74.0	19.1	25.2	84.8	20.8	24.6	86.4	20.1	86.4	24.0	85.8	19.4	24.1	85.4	19.3	24.9	86.8	19.3	24.9	19.7	25.5	20.0	25.9	20.0
Mais de 2 a 5 S.M.	10.1	30.0	7.0	15.9	69.5	13.2	18.6	71.6	15.2	71.6	17.6	71.6	16.0	19.3	70.4	15.5	24.2	73.0	15.5	24.2	19.1	25.1	19.7	21.1	19.7
Mais 5 a 10 S.M.	5.0	51.4	3.5	3.2	45.7	2.6	4.6	50.6	3.8	4.8	4.8	4.8	3.9	5.1	49.4	4.1	5.9	50.5	4.7	5.5	4.7	5.5	4.3	5.5	4.3
Mais de 10 S.M.	1.4	25.9	1.0	0.9	23.9	0.7	1.3	26.8	1.1	1.5	27.7	1.2	1.6	25.0	1.3	2.4	30.0	1.9	2.1	2.4	2.1	2.1	1.7	2.1	1.7
Sem Rendimento	14.1	96.7	9.7	12.3	96.6	10.2	11.5	96.0	9.4	9.4	11.6	96.0	11.6	11.6	95.7	9.3	9.4	95.6	9.3	9.4	10.0	10.0	9.7	9.7	9.7
09 a 11 ANOS	100	10.7	10.7	100	10.8	10.8	100	11.4	11.4	11.4	11.9	11.9	11.9	100	12.6	12.6	100	13.3	13.3	13.7	13.7	13.7	13.7	13.7	13.7
Ate 1/2 S.M.	2.8	2.2	0.3	3.3	2.2	0.4	2.9	2.3	0.3	2.3	3.2	3.2	0.4	3.3	3.3	0.4	2.3	3.5	0.3	2.7	2.7	2.7	2.7	2.7	2.7
Mais 1/2 a 1 S.M.	8.7	5.5	0.3	12.0	6.0	1.3	12.3	7.2	1.4	12.1	7.0	7.0	1.4	11.6	7.4	1.5	11.4	7.8	1.5	7.1	6.3	6.3	6.3	6.3	6.3
Mais de 1 a 2 S.M.	24.5	10.1	2.6	27.6	12.1	3.0	22.7	11.1	2.6	21.9	11.5	11.5	2.6	21.6	12.0	2.7	19.6	11.5	2.6	20.1	11.9	2.8	22.3	13.4	
Mais de 2 a 5 S.M.	38.9	17.8	4.1	35.2	19.9	3.8	35.4	19.0	4.0	36.2	19.3	19.3	4.3	35.3	20.2	4.4	38.8	19.6	5.1	39.9	20.0	20.0	20.0	20.0	
Mais 5 a 10 S.M.	15.1	23.7	1.6	13.5	25.3	1.5	16.1	24.8	1.8	15.9	24.5	1.9	17.1	25.9	2.2	16.9	24.4	2.2	17.6	27.6	2.4	16.4	27.4	2.4	
Mais de 10 S.M.	7.4	21.3	0.8	5.7	20.2	0.6	7.9	22.2	0.9	7.9	21.3	0.9	8.3	20.7	1.0	8.9	19.1	1.2	10.6	23.7	1.5	10.3	23.4	1.5	
Sem Rendimento	2.6	2.7	0.3	2.8	2.8	0.3	2.7	3.2	0.3	2.7	3.3	3.3	0.3	2.8	3.6	0.3	2.1	3.6	0.3	2.1	3.4	3.4	3.4	3.4	
12 ANOS OU MAIS	100	6.2	6.2	100	6.3	6.3	100	6.6	6.6	6.6	7.0	7.0	7.1	7.1	7.1	7.5	7.5	7.5	7.5	7.7	7.7	7.7	7.7	7.7	
Ate 1/2 S.M.	0.5	0.2	0.0	0.5	0.2	0.0	0.5	0.2	0.0	0.5	0.3	0.3	0.4	0.2	0.2	0.3	0.2	0.2	0.0	0.3	0.2	0.2	0.2	0.2	
Mais 1/2 a 1 S.M.	2.0	0.7	0.1	3.0	0.9	0.2	2.5	0.8	0.2	2.7	0.9	0.2	2.5	0.9	0.9	0.8	0.8	0.8	0.2	1.3	0.6	0.1	0.2	0.2	
Mais de 1 a 2 S.M.	7.9	1.9	0.5	11.4	2.9	0.7	8.1	2.3	0.5	7.9	2.5	0.6	7.9	2.5	2.5	5.5	1.8	0.4	5.5	1.8	0.4	5.5	1.8	0.7	
Mais de 2 a 5 S.M.	30.6	8.1	1.9	31.3	10.4	2.0	29.2	9.1	1.9	28.2	8.9	2.0	27.4	8.9	2.0	26.7	7.6	2.0	26.9	7.6	2.1	25.2	8.8	2.1	
Mais 5 a 10 S.M.	26.8	24.5	1.7	26.3	28.9	1.7	27.3	24.4	1.8	27.8	25.3	2.0	27.4	23.5	2.0	27.6	22.5	2.1	26.0	22.9	2.0	24.1	23.0	2.0	
Mais de 10 S.M.	31.5	52.5	1.9	26.6	55.9	1.7	31.3	50.9	2.1	32.1	51.0	2.3	33.4	47.2	2.4	36.8	44.5	2.8	39.0	48.9	3.0	39.4	50.9	3.2	
Sem Rendimento	0.8	0.5	0.0	0.9	0.5	0.1	1.1	0.8	0.1	0.9	0.6	0.1	0.9	0.7	1.0	1.0	1.0	1.0	1.0	0.9	0.9	0.7	0.7	0.7	

FONTE: PNAD/IBGE: 1981 a 1988
* Excluem os indivíduos sem declaração.

PESSOAS OCUPADAS NO BRASIL, DISTRIBUÍDA POR HORAS SEMANAIS TRABALHADAS NO TRABALHO PRINCIPAL E VALOR DO RENDIMENTO MENSAL MÉDIO

Anos	1981			1982			1983			1984			1985			1986			1987			1988				
	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3		
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	
Ate 1/2 S.M.	13.5	100	13.5	15.6	100	15.6	14.6	100	12.4	100	12.4	12.8	100	12.8	100	8.9	100	8.9	11.0	100	11.0	12.1	100	12.1	100	12.1
Mais 1/2 a 1 S.M.	16.8	100	16.8	21.5	100	21.5	19.6	100	20.7	100	20.7	20.0	100	20.0	100	19.5	100	19.5	15.4	100	15.4	17.7	100	17.7	100	17.7
Mais de 1 a 2 S.M.	25.8	100	25.8	24.6	100	24.6	23.3	100	22.6	100	22.6	22.6	100	22.6	100	22.7	100	22.7	23.2	100	23.2	23.9	100	23.9	100	23.9
Mais de 2 a 5 S.M.	23.2	100	23.2	19.0	100	19.0	21.2	100	22.4	100	22.4	21.9	100	21.9	100	26.3	100	26.3	27.3	100	27.3	23.5	100	23.5	100	23.5
Mais 5 a 10 S.M.	6.8	100	6.8	5.8	100	5.8	7.4	100	7.7	100	7.7	8.2	100	8.2	100	9.0	100	9.0	8.7	100	8.7	8.6	100	8.6	100	8.6
Mais de 10 S.M.	3.7	100	3.7	3.0	100	3.0	4.1	100	4.4	100	4.4	4.7	100	4.7	100	5.8	100	5.8	6.2	100	6.2	6.3	100	6.3	100	6.3
Sem Rendimento	10.1	100	10.1	10.6	100	10.6	9.8	100	9.8	100	9.8	9.7	100	9.7	100	7.8	100	7.8	8.2	100	8.2	7.9	100	7.9	100	7.9
ATE 39 HORAS	100	19.7	19.7	100	20.5	20.5	100	23.1	20.4	20.4	20.4	20.1	20.1	20.1	19.3	19.3	19.3	21.4	21.4	21.4	100	21.8	21.8	21.8	21.8	21.8
Ate 1/2 S.M.	30.2	43.9	5.9	30.9	40.5	6.3	37.9	60.1	44.7	5.5	27.2	42.7	5.5	27.2	42.7	21.6	47.2	4.2	24.4	47.4	5.2	25.5	45.6	5.5	5.5	5.5
Mais 1/2 a 1 S.M.	15.2	17.8	3.0	16.4	15.6	3.4	15.1	17.8	16.0	3.3	16.3	16.2	3.2	16.2	16.2	18.8	18.6	3.6	15.1	20.9	3.2	17.0	21.0	3.7	3.7	3.7
Mais de 1 a 2 S.M.	14.2	10.9	2.8	13.3	11.1	2.7	11.6	11.5	12.2	2.8	13.6	12.1	2.7	12.1	12.1	14.9	12.7	2.9	15.4	14.2	3.3	16.4	15.0	3.6	3.6	3.6
Mais de 2 a 5 S.M.	13.9	11.8	2.7	10.6	11.5	2.2	10.8	11.8	13.1	2.9	13.8	12.7	2.8	13.8	12.7	19.0	13.9	3.7	18.3	14.4	3.9	15.5	14.3	3.4	3.4	3.4
Mais 5 a 10 S.M.	3.8	11.2	0.8	3.3	11.7	0.7	3.8	11.7	12.3	1.0	5.0	12.2	1.0	5.0	12.2	1.0	12.7	1.1	5.8	14.1	1.2	5.4	13.8	1.2	1.2	1.2
Mais de 10 S.M.	1.8	9.7	0.4	1.4	9.7	0.3	1.7	9.7	11.3	0.5	2.5	10.7	0.5	2.5	10.7	3.2	10.5	0.6	3.8	13.2	0.8	4.3	14.7	0.9	0.9	0.9
Sem Rendimento	20.7	40.5	4.1	24.1	46.8	4.9	19.1	45.0	44.6	4.4	21.4	45.0	4.4	21.4	45.0	16.5	41.1	3.2	17.2	44.8	3.7	15.9	44.0	3.5	3.5	3.5
40 A 48 HORAS	100	52.3	52.3	100	50.6	50.6	100	48.9	51.2	51.2	51.2	52.5	52.5	52.5	54.4	54.4	54.4	53.2	53.2	53.2	100	53.1	53.1	53.1	53.1	
Ate 1/2 S.M.	9.9	38.3	5.2	11.7	37.9	5.9	6.9	23.2	33.5	4.1	8.5	34.7	4.5	34.7	32.5	5.3	32.5	2.9	6.9	33.2	33.2	7.6	33.1	4.0	4.0	
Mais 1/2 a 1 S.M.	17.7	55.0	5.2	23.0	54.2	11.6	21.4	53.5	55.1	11.4	21.7	56.9	11.4	56.9	57.2	20.5	57.2	11.2	15.6	53.7	53.7	17.4	52.2	9.2	9.2	
Mais de 1 a 2 S.M.	28.6	57.8	14.9	27.4	56.4	13.9	26.7	56.2	56.0	12.7	24.6	57.1	12.9	57.1	59.2	24.7	59.2	13.4	25.6	58.7	58.7	26.7	59.1	14.1	14.1	
Mais de 2 a 5 S.M.	25.1	56.5	13.1	21.2	56.5	10.7	25.0	57.7	56.6	12.7	24.4	58.5	12.8	58.5	59.0	28.6	59.0	15.5	30.5	59.3	59.3	26.8	60.4	14.2	14.2	
Mais 5 a 10 S.M.	7.8	60.3	4.1	6.9	60.6	3.5	9.2	60.3	58.7	4.5	9.3	59.6	4.9	59.6	59.6	9.8	59.6	5.4	9.8	59.3	59.3	9.8	60.8	5.2	5.2	
Mais de 10 S.M.	4.6	64.4	2.4	3.8	63.4	1.9	5.3	63.3	61.6	2.7	5.6	62.2	2.9	62.2	58.9	6.3	58.9	3.4	7.1	61.1	61.1	7.2	60.3	3.8	3.8	
Sem Rendimento	6.3	33.0	3.3	6.1	29.3	3.1	5.5	27.5	30.7	3.0	5.9	32.3	3.1	32.3	33.3	4.8	33.3	2.6	4.7	30.3	30.3	4.6	31.2	2.5	2.5	
49 OU MAIS	100	27.9	27.9	100	28.8	28.8	100	27.8	28.3	28.3	28.3	27.3	27.3	27.3	26.1	26.1	26.1	25.4	25.4	25.4	100	25.1	25.1	25.1	25.1	
Ate 1/2 S.M.	8.6	17.6	2.4	11.7	21.5	3.4	8.7	16.7	21.7	2.7	10.6	22.5	2.9	22.5	20.1	6.8	20.1	1.8	8.3	19.3	19.3	10.3	21.2	2.6	2.6	
Mais 1/2 a 1 S.M.	16.3	27.0	4.5	22.5	30.1	6.5	20.2	28.6	28.7	6.0	19.7	26.8	5.4	26.8	24.0	18.0	24.0	4.7	15.3	25.2	25.2	18.8	26.8	4.7	4.7	
Mais de 1 a 2 S.M.	28.9	31.2	8.1	27.7	32.4	8.0	26.9	32.2	31.6	7.2	25.5	30.7	6.9	30.7	27.9	24.3	27.9	6.3	24.7	27.1	27.1	26.7	25.9	6.2	6.2	
Mais de 2 a 5 S.M.	26.3	31.6	7.3	21.1	32.0	6.1	23.2	30.3	30.1	6.7	23.0	28.7	6.3	28.7	26.9	27.1	26.9	7.1	28.2	26.3	26.3	23.5	25.1	5.9	5.9	
Mais 5 a 10 S.M.	6.9	28.5	1.9	5.5	27.5	1.6	7.4	27.7	28.8	2.2	8.5	28.1	2.3	28.1	27.4	9.4	27.4	2.5	9.1	26.5	26.5	8.6	25.3	2.2	2.2	
Mais de 10 S.M.	3.4	25.8	1.0	2.8	26.7	0.8	3.9	26.7	26.9	1.2	4.6	26.9	1.3	26.9	30.3	6.7	30.3	1.8	6.2	25.6	25.6	6.3	24.8	1.6	1.6	
Sem Rendimento	9.5	26.4	2.7	8.8	23.8	2.5	9.7	27.5	24.6	2.4	8.1	22.7	2.2	22.7	25.6	7.6	25.6	2.0	8.0	24.9	24.9	7.8	24.7	1.9	1.9	

FONTE: PNAD/IBGE: 1981 a 1988.
* Excluem os indivíduos sem declaração.

POPULAÇÃO OCUPADA NO BRASIL DISTRIBUÍDA POR GÊNERO E VALOR DO RENDIMENTO MENSAL MÉDIO NO TRABALHO PRINCIPAL
1981 a 1988

Anos	1981			1982			1983			1984			1985			1986			1987			1988		
	Gênero	Rendimento		P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3
TOTAL*	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Ate 1/2 S.M.	13.5	100	13.5	15.6	100	15.6	13.8	100	13.8	12.4	100	12.4	12.6	100	12.6	8.7	100	8.7	11.0	100	11.0	12.1	100	12.1
Mais 1/2 a 1 S.M.	16.8	100	16.8	21.5	100	21.5	19.9	100	19.9	20.7	100	20.7	19.8	100	19.8	19.3	100	19.3	15.4	100	15.4	17.3	100	17.3
Mais de 1 a 2 S.M.	25.8	100	25.8	24.6	100	24.6	23.4	100	23.4	22.6	100	22.6	22.6	100	22.6	22.7	100	22.7	23.2	100	23.2	23.9	100	23.9
Mais de 2 a 5 S.M.	23.2	100	23.2	19.0	100	19.0	21.3	100	21.3	22.4	100	22.4	22.0	100	22.0	26.2	100	26.2	27.3	100	27.3	23.5	100	23.5
Mais de 5 a 10 S.M.	6.8	100	6.8	5.8	100	5.8	7.6	100	7.6	7.7	100	7.7	8.3	100	8.3	9.2	100	9.2	8.7	100	8.7	8.6	100	8.6
Mais de 10 S.M.	3.7	100	3.7	3.0	100	3.0	4.4	100	4.4	4.4	100	4.4	5.0	100	5.0	6.2	100	6.2	6.2	100	6.2	6.3	100	6.3
Sem Rendimento	10.1	100	10.1	10.6	100	10.6	9.7	100	9.7	9.8	100	9.8	9.7	100	9.7	7.8	100	7.8	8.2	100	8.2	7.9	100	7.9
HOMENS*	100	68.8	68.8	100	67.8	67.8	100	66.9	66.9	67.0	67.0	67.0	66.6	66.6	66.6	100	66.3	66.3	100	65.4	65.4	100	65.0	65.1
Ate 1/2 S.M.	9.2	46.7	6.3	10.6	45.7	7.2	9.3	45.2	6.2	6.9	37.2	4.6	7.1	37.8	4.8	5.0	37.8	3.3	7.0	41.6	41.6	7.9	42.3	5.1
Mais 1/2 a 1 S.M.	15.7	64.0	6.3	20.9	65.8	14.1	18.1	61.0	12.1	19.6	63.3	13.1	18.7	62.7	12.4	16.5	56.9	11.0	14.0	59.6	59.6	16.3	60.0	10.6
Mais de 1 a 2 S.M.	27.0	71.9	18.6	26.4	72.9	17.9	25.0	71.5	16.7	24.5	72.4	16.4	24.3	71.7	16.2	23.3	68.0	15.4	23.0	64.8	64.8	24.3	66.1	15.8
Mais de 2 a 5 S.M.	26.9	79.5	18.5	22.3	79.7	15.1	24.9	78.3	16.7	25.9	77.7	17.4	25.4	77.0	16.9	29.8	75.3	19.8	30.8	73.9	73.9	26.7	74.0	17.4
Mais de 5 a 10 S.M.	8.1	82.3	5.6	7.0	82.4	4.7	9.1	80.3	6.1	9.3	81.0	6.3	10.0	80.0	6.7	10.8	78.0	7.2	10.4	77.8	77.8	10.3	78.0	6.7
Mais de 10 S.M.	4.9	90.1	3.3	4.0	90.1	2.7	5.8	88.6	3.9	5.8	87.3	3.9	6.5	85.5	4.3	8.0	85.1	5.3	7.9	84.1	84.1	8.1	83.0	5.3
Sem Rendimento	8.3	56.6	5.7	8.8	56.5	6.0	7.8	53.7	5.2	8.0	55.1	5.4	8.0	55.0	5.3	6.6	56.5	4.4	6.8	54.3	54.3	6.4	53.2	4.2
MULHERES*	100	31.2	31.2	100	32.2	32.2	100	33.1	33.1	33.0	33.0	33.0	33.4	33.4	33.4	100	33.7	33.7	100	34.6	34.6	100	35.0	35.0
Ate 1/2 S.M.	23.1	53.3	7.2	26.3	54.3	8.5	22.8	54.8	7.5	23.5	62.8	7.8	23.5	62.2	7.8	16.0	62.2	5.4	18.5	58.4	58.4	20.0	57.7	7.0
Mais 1/2 a 1 S.M.	19.4	36.0	6.1	22.8	34.2	7.3	23.5	39.0	7.8	23.0	36.7	7.6	22.1	37.3	7.4	24.6	43.1	8.3	18.0	40.4	40.4	20.2	40.0	7.1
Mais de 1 a 2 S.M.	23.2	28.1	7.3	20.7	27.1	6.7	20.1	28.5	6.7	18.9	27.6	6.2	19.1	28.3	6.4	21.5	32.0	7.2	23.6	35.2	35.2	23.2	33.9	8.1
Mais de 2 a 5 S.M.	15.3	20.5	4.8	11.9	20.3	3.9	13.9	21.7	4.6	15.1	22.3	5.0	15.1	23.0	5.1	19.2	24.7	6.5	20.6	26.1	26.1	17.5	26.0	6.1
Mais de 5 a 10 S.M.	1.2	17.7	0.4	3.1	17.6	1.0	4.5	19.7	1.5	4.4	19.0	1.5	5.0	20.0	1.7	6.0	22.0	2.0	5.6	22.2	22.2	5.4	22.0	1.9
Mais de 10 S.M.	14.0	9.9	4.4	0.9	9.9	0.3	1.5	11.4	0.5	1.7	12.7	0.6	2.2	14.5	0.7	2.7	14.9	0.9	2.8	15.9	15.9	3.1	17.0	1.1
Sem Rendimento	14.0	43.4	4.4	14.2	43.5	4.6	13.6	46.3	4.5	13.3	44.9	4.4	13.0	45.0	4.4	10.0	43.5	3.4	10.8	45.7	45.7	10.5	46.8	3.7

FONTE: PNAD/IBGE: 1981 a 1988

* Excluem os indivíduos sem declaração.

**TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA
DISTRIBUIDA POR GÊNERO E IDADE
BRASIL – 1981 a 1988**

Anos ----- Gênero – Idade \	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
TOTAL*	53.4	54.9	54.8	54.8	56.1	55.8	57.1	56.8
10 a 14 Anos	19.3	20.6	18.5	18.5	19.4	18.8	18.7	18.3
15 a 19 Anos	54.4	56.2	55.4	54.9	57.5	56.9	57.7	57.1
20 a 24 Anos	68.5	69.2	70.3	70.3	70.8	71.7	72.6	72.2
25 a 29 Anos	68.7	70.2	70.9	71.2	72.0	71.5	72.5	73.0
30 a 39 Anos	69.1	71.0	71.7	71.8	73.2	72.9	74.3	74.0
40 a 59 Anos	61.1	62.3	62.4	62.0	62.6	62.9	65.0	65.4
60 ou Mais	26.6	27.8	26.6	25.9	26.7	25.8	27.9	27.7
HOMENS*	74.6	75.6	74.8	74.6	76.0	75.7	76.6	75.9
10 a 14 Anos	26.4	28.1	25.1	24.8	26.5	25.6	25.8	25.0
15 a 19 Anos	70.1	72.3	70.7	69.8	73.3	73.2	73.9	72.9
20 a 24 Anos	91.9	92.6	92.4	92.3	92.5	92.4	93.1	92.6
25 a 29 Anos	96.7	97.1	96.9	96.9	97.2	96.9	97.0	96.5
30 a 39 Anos	97.2	97.2	97.2	97.3	97.4	97.4	97.4	97.2
40 a 59 Anos	89.0	89.2	88.6	87.9	88.5	88.5	89.9	89.8
60 ou Mais	45.1	46.5	44.1	43.8	45.2	44.6	47.3	47.6
MULHERES*	32.9	34.8	35.6	35.6	36.9	36.8	38.6	38.7
10 a 14 Anos	12.2	12.7	11.8	12.0	12.2	11.9	11.4	11.6
15 a 19 Anos	38.5	40.2	40.0	40.0	41.7	40.7	42.0	41.2
20 a 24 Anos	45.8	47.0	49.1	49.2	50.1	51.3	52.9	53.1
25 a 29 Anos	42.9	45.4	46.7	47.0	48.5	47.8	49.9	51.2
30 a 39 Anos	42.4	45.6	47.2	47.4	49.7	50.1	52.7	52.6
40 a 59 Anos	33.8	36.4	37.3	37.3	38.0	38.9	41.4	42.6
60 ou Mais	9.9	10.7	10.7	10.1	10.4	9.5	11.3	10.9

FONTE: PNAD/IBGE: 1981 a 1988.

* Excluem os indivíduos sem declaração.